

ATA Nº 34
21-01-2015

Aos vinte e um dias do mês de janeiro de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente, João Manuel Casaca Português, realizou-se a trigésima quarta reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores João Manuel Marques Cruz Nobre, Francisco Xavier Candeias Fitas, Maria Margarida Caeiro Vasco e Sandra Maria Guerreiro Braz. -----

Participaram também nos trabalhos o Jurista - Chefe da Divisão de Gestão Municipal, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação e Maria Jacinta Cardoso Grilo, Técnica Superior, designada para secretariar as reuniões do órgão executivo, na ausência do trabalhador a quem incumbem essas funções. -----

A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois de todos os membros da Câmara terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico). -----

O Sr. Presidente informou que o Gabinete dos Vereadores do Partido Socialista já está disponível, pronto a ser utilizado, para fazer atendimentos, e caso queiram colocar alguma informação na Revista Municipal também o poderão fazer. -----

Mais informa que no dia 30.01.2015 vai realizar-se uma ação de luta por causa do IP8, IP2 e estrada regionais, iniciativa da CIMBAL que tem como intuito fazer uma pequena junção de pessoas em cada concelho e posteriormente fazer uma marcha lenta até Beja onde todos se irão juntar para uma manifestação. Irá também enviar por email um manifesto que, caso queiram, podem assinar bem como participar na iniciativa. Indica também que algumas iniciativas irão ser levadas a cabo para sensibilizar os trabalhadores do município e outros serviços públicos bem como associações do concelho para que os mesmos possam participar empenhando-se numa causa que é comum a todos. -----

A Sra. Vereadora Sandra Braz informa que tem estado a proceder à preparação do Carnaval, participou numa sessão de esclarecimento aos alunos da EPC intitulada "Parlamento Jovem" que teve a presença de um deputado. Tem também estado a proceder à elaboração dos diversos protocolos com as instituições e associações do concelho. -----

O Sr. Vereador João Nobre questiona sobre o que se passa junto aos tanques. O Vice-Presidente informa que se trata de uma rutura que já se encontra sanada. -----

Interveio o Chefe da DGM para propor à Câmara Municipal que efetuasse uma pequena retificação ao protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Cuba e o Sporting Clube de Cuba cuja aprovação ocorreu na reunião ordinária de 15.10.2014. Nesse sentido, a proposta é a seguinte: -----

Cláusula 7ª, nº 1 -----

Handwritten signatures and initials in blue ink:
- Top signature: [Illegible]
- Middle signature: [Illegible]
- Below middle: SB.
- Below SB: [Illegible]
- Bottom signature: [Illegible]

Onde se lê “o presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e vigorará até ao final do corrente ano civil, podendo ser renovado por iguais períodos se nenhuma das partes a tal se opuser”.

Deverá passar a ler-se “o presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e vigorará até ao final do mês de junho de 2015 coincidindo com o final da época desportiva, podendo ser renovado por iguais períodos se nenhuma das partes a tal se opuser”. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera aprovar a presente retificação. -----

BALANCETE DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 20 DE JANEIRO DE 2015: € 539.493,06. -----

DELIBERAÇÕES DIVERSAS: -----

1. SERVIÇOS FINANCEIROS – ALTERAÇÃO N.º 1 AO ORÇAMENTO DA DESPESA E GOP’S PARA O ANO FINANCEIRO DE 2015. -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 1/2015, dos Serviços Financeiros, enquadrando dentro do enumerado no ponto 8.3.1.5 (notas sobre o processo orçamental e respetiva execução do Dec-Lei n.º 54-A/99), a modificação ao orçamento e às GOP’s. -----

Na alteração n.º1 ao orçamento e GOP’S, as modificações no orçamento da despesa ocorreram para fazer face a transição de dívida e compromissos do ano de 2014. -----

O Plano Plurianual de Investimentos sofreu modificações (reforços) nos seguintes projetos: -----

01 111 2002/1 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face a transição de dívida e compromissos; -----

01 111 2002/2- O reforço ocorreu para fazer face a transição de dívida e compromissos; -----

01 111 2004/18- O reforço ocorreu para fazer face a transição de dívida e compromissos; -----

02 244 2002/31- O reforço ocorreu para fazer face a transição de dívida e compromissos; -----

02 251 2009/4- O reforço ocorreu para fazer face a transição de dívida e compromissos; -----

02 252 2002/53 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face a transição de dívida e compromissos; -----

02 252 2009/1 ação 5- O reforço ocorreu para fazer face a transição de dívida e compromissos; -----

03 331 2002/61 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face a transição de dívida e compromissos; -----

As Atividades Mais Relevantes sofreram modificação (reforços) nos seguintes projetos: -----

01 111 2011/5002 ações 1 e 2- O reforço ocorreu para fazer face a transição de dívida e compromissos; -----

01 111 2014/5013- O reforço ocorreu para fazer face a transição de dívida e compromissos; -----

02 211 2003/5001 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face a transição de dívida e compromissos; -----

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

02 211 2007/5004 ação 7- O reforço ocorreu para fazer face a transição de dívida e compromissos; -----

02 212 2014/5009 ações 1 e 2- O reforço ocorreu para fazer face a transição de dívida e compromissos; -----

02 232 2014/5014 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face a transição de dívida e compromissos. -----

A Câmara, por maioria com a abstenção dos Vereadores do Partido Socialista, delibera aprovar a Alteração n.º 1 ao Orçamento e às GOP's para o ano económico de 2015. ----

2. VERA CRISTINA BONITO BEIÇUDO – LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO E ALARGAMENTO DE HORÁRIO. -----

Solicita a Sr.ª Vera Cristina Bonito Beiçudo, licença especial de ruído (1) das 21 horas de dia 30 de janeiro às 4,00 horas do dia 31 de janeiro e do dia 31 ao dia 1 fevereiro de 2015 por igual período e os respetivos alargamentos de horário (2), até às 4 horas dos dois dias considerados, para realização de uma festa de comemoração do 2.º Aniversário da Taberna do Arrufa, em Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação n.º 6/2015, da Subunidade Administrativa, delibera conceder a licença especial de ruído, do dia 31 de janeiro ao dia 1 fevereiro de 2015 e respetivo alargamento de horário, com opção da requerente se assim o entender optar pelo dia anterior, devendo a requerente tomar as medidas necessárias para a prevenção e redução do ruído. -----

Mais delibera a Câmara, também por unanimidade, informar que o deferimento da presente pretensão não exonera a requerente de solicitar as respetivas licenças que deverão ser emitidas por outras entidades que não o Município.-----

3. CLUBE DE PATINAGEM ARTÍSTICA DE CUBA – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO PAVILHÃO DESPORTIVO MUNICIPAL E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS. -----

Solicita o Clube de Patinagem Artística de Cuba, a cedência do Pavilhão Desportivo Municipal, a título gratuito, para realização de um Estágio Internacional, que conta com a presença do treinador italiano Máximo Giraldi, nos dias 6, 7 e 8 de fevereiro de 2015. -----

Quanto à cedência do espaço solicitado, conforme o previsto na alínea ee) do art.º 33.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, cabe à Câmara deliberar sobre a mesma, sendo que esta competência foi delegada no Sr. Presidente. -----

Relativamente à isenção do pagamento das taxas, prevê a alínea a) do nº 2 e nº 6 do art.º 5º do Regulamento de Taxas e Preços do Município de Cuba, a possibilidade de que a câmara isente ou reduza do pagamento do preço, às associações humanitárias, culturais, religiosas, recreativas, desportivas e de desenvolvimento local, é possível desde que legalmente constituídas, pelas atividades que se destinem direta e imediatamente à realização dos seus fins estatutários. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação nº 1/2015, do Serviço de Ação Desportiva, delibera atender o pedido do requerente isentando do pagamento das taxas devidas, sendo de € 255,00 (€8,50/hora x 10 h/dia x 3 dias) o valor das taxas sobre as quais incide o pedido de isenção-----

4. JUNTA DE FREGUESIA DE CUBA – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO PAVILHÃO MULTIUSOS DO PARQUE MANUEL DE CASTRO E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS. -----

H
[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Solicita a Junta de Freguesia de Cuba, a cedência do Pavilhão Multiusos do Parque Manuel de Castro, a título gratuito, para realização de um torneio de Setas que irá decorrer entre os dias 30 de janeiro e 1 de fevereiro de 2015. -----

Quanto à cedência do espaço solicitado, conforme o previsto na alínea ee) do art.º 33.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, cabe à Câmara deliberar sobre a mesma, sendo que esta competência foi delegada no Sr. Presidente. -----

Relativamente à isenção do pagamento das taxas, prevê a alínea a) do nº 2 e nº 6 do art.º 5º do Regulamento de Taxas e Preços do Município de Cuba, a possibilidade de que a câmara isente ou reduza do pagamento do preço, às associações humanitárias, culturais, religiosas, recreativas, desportivas e de desenvolvimento local, é possível desde que legalmente constituídas, pelas atividades que se destinem direta e imediatamente à realização dos seus fins estatutários. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação nº 10/2015, da Subunidade Administrativa, delibera atender o pedido do requerente isentando do pagamento das taxas devidas, sendo de € 743,94 (€ 247,98 x 3dias) o valor das taxas sobre as quais incide o pedido de isenção. -----

5. ESCOLA PROFISSIONAL DE CUBA. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS. -----

Solicita a Escola Profissional de Cuba, licença especial de ruído para a realização de um baile de finalistas, no dia 30 de janeiro de 2014, no horário compreendido entre as 22.00 e as 06.00 horas, bem como a isenção das respectivas taxas. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera: -----

1 - De acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei 278/2007 de 01/08, emitir a licença especial de ruído. -----

2 – De acordo com o n.º 4 do artigo 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e preços, em vigor no município, isentar do pagamento de taxas devidas, sendo de € 16,79, o valor das taxas sobre as quais incide o pedido de isenção. -----

6. PAULO JORGE DA COSTA PEREIRA. PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA. PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS. -----

Solicita o Sr. Paulo Jorge da Costa Pereira, proprietário do Circo Royal, autorização para ocupação de via pública no recinto da Feira Anual, para montagem do mesmo nos dias 10, 11 e 12 de Abril de 2015, isenção do pagamento das taxas, em face das dificuldades que a atividade circense atravessa, bem como a colocação de cartazes, a cedência de contentores e instalação de ponto de água. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação n.º 8/2015 da Subunidade Administrativa e de acordo com o disposto na alínea ee) do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, uma vez que lhe compete, no âmbito do planeamento e do desenvolvimento “*criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes de energia, de distribuição e bens e recursos físicos integrados no património municipal ou colocados por Lei, sob administração municipal*”, delibera autorizar a montagem, a colocação dos cartazes, a cedência dos contentores e o acesso ao ponto de água. -----

Mais delibera, também por unanimidade, de acordo com o n.º 4 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços, em vigor no município, e reconhecendo o interesse municipal na atividade, isentar do pagamento das taxas devidas com a

fu-

SH.

Paulo

Paulo

instalação e funcionamento do recinto itinerante, que totalizariam € 906,41, considerando para a tenda um diâmetro de 34 metros. -----

7. TENTATIVA DE IMPEDIR O ENCERRAMENTO DEFINITIVO DO 1.º CICLO EM VILA RUIVA; -----

RECURSO JUNTO DO TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO VISANDO A REVOGAÇÃO DA SENTENÇA PROFERIDA SOBRE A PROVIDÊNCIA CAUTELAR; -----

NOTIFICAÇÃO FORMAL DE QUE FOI NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 48/2014 do Chefe da DGM descrevendo todas as etapas das diligências efetuadas visando impedir o encerramento da Escola do 1.º ciclo de Vila Ruiva. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera: -----

1.º - Tomar conhecimento formal que que o Acórdão do TCA Sul negou provimento ao recurso porquanto entendeu que não se verificava o "*periculum in mora*". -----

2.º - Registrar as incongruências do direito neste processo, dado que o tribunal de 1.ª instância alegou que não foi feita prova bastante para que o juiz, no seu livre arbítrio, pudesse declarar o "*periculum in mora*", já o tribunal de 2.ª Instância foi muito mais longe e até noutro sentido, pois no douto acórdão concluiu que mesmo sem a prova testemunhal (que não acrescentando factos, detalharia em pormenor esses mesmos factos) constatou de per si e com os elementos em seu poder que não existia de todo o "*periculum in mora*", isto é, não existia fundado receio da constituição de uma situação de facto consumada ou de difícil reparação para os interesses que visam assegurar. ----

3.º - Registrar que para os meritíssimos juízes do TCA, a escola até pode estar fechada durante dois anos até que se decida a ação administrativa principal, que em caso de sucesso dessa mesma ação principal ... no outro dia a situação repõe-se como estava antes! -----

4.º - Registrar que num Estado Democrático de Direito há que respeitar as decisões dos tribunais e acatá-las, mas isso não quer dizer que delas não possamos discordar. Ora, é óbvio que após o encerramento por um ano letivo da escola, mesmo que venha a ser dado provimento à ação principal dificilmente será feita justiça, porque nessa altura, muito provavelmente já não haverá condições demográficas para a reabertura, porque entretanto houve uma reorganização de crianças e dos respetivos pais que, provavelmente já não voltará atrás. -----

5.º - Registrar que se aguarda o desenrolar da ação principal da qual, até à data, não são conhecidos quaisquer desenvolvimentos. -----

8. CONSTITUIÇÃO DE UM GABINETE MUNICIPAL DA JUVENTUDE. -----

APROVAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS A EXERCER POR TAL UNIDADE VISANDO A SUA EFICÁCIA E EFICIENTE GESTÃO. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 55/2014, do Chefe da DGM, acompanhando a proposta de constituição de um Gabinete Municipal da Juventude. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera: -----

l) – Ao abrigo da alínea a) do art.º 7.º do Dec. Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, definir para o Gabinete Municipal da Juventude as seguintes competências e atribuições: -----

1.º - O GMJ estará ao serviço dos jovens e assumirá como principal responsabilidade a elaboração de propostas e implementação de estratégias de intervenção na área da

tu
AF
SB
R
JG

Juventude em sintonia com o Plano de Atividades aprovado. -----

2.º - O gabinete trabalhará na promoção de atividades que fomentem a participação ativa dos jovens na sociedade, no apoio ao desenvolvimento do associativismo juvenil e no incentivo a políticas municipais orientadas para a Juventude nos restantes domínios de intervenção autárquica. -----

3.º - Serão funções do GMJ assegurar a articulação com outros serviços da Câmara numa perspetiva de transversalidade das questões ligadas à juventude e desenvolver projetos próprios ou em parceria com organizações juvenis formais ou informais e com entidades direcionadas para o público jovem. -----

4.º - Ao GMJ competirá elaborar propostas ou emitir parecer sobre a instalação de equipamentos municipais vocacionados para o público jovem, contribuindo para a gestão dos mesmos, realizar diagnósticos sobre a população juvenil, promover a igualdade de oportunidades dos jovens no acesso à informação, apoiar e incentivar o associativismo juvenil, incentivar, acompanhar e divulgar a concretização de projetos juvenis e promover parcerias com entidades exteriores que desenvolvem ações e projetos na área da juventude. -----

5.º - No âmbito das actividades em cima enunciadas será estabelecido um contato permanente com a população juvenil do concelho de forma a assegurar os objetivos aqui preconizados. -----

Em função das competências em cima propostas no âmbito funcional o GMJ prosseguirá as seguintes Atribuições Técnicas: -----

a) - Implementar a Política Municipal de Juventude; -----

b) - Assegurar a articulação com outros serviços da Câmara numa perspetiva de transversalidade das questões ligadas à juventude; -----

c) - Desenvolver projetos próprios ou em parceria com organizações juvenis formais ou informais e com entidades direcionadas para o público Jovem; -----

d) - Elaborar propostas ou dar parecer sobre instalação de equipamentos municipais vocacionados para o público jovem, contribuindo para a respetiva gestão; -----

e) - Realizar diagnósticos sobre a população juvenil; -----

f) - Promover a igualdade de oportunidades dos jovens em matéria de acesso à informação, bem como aos serviços municipais; -----

g) - Apoiar e incentivar o associativismo juvenil; -----

h) - Apoiar, acompanhar e divulgar a concretização de projetos juvenis; -----

i) - Promover a articulação e parceria com entidades exteriores responsáveis por ações e projetos na área da juventude. -----

II) – Em sintonia com o disposto no n.º 6 do art.º 10.º do Dec. Lei n.º 305/2009, determinar que se publique em DR as atribuições e competências agora aprovadas para o Gabinete Municipal da Juventude, procedendo em simultâneo à sua divulgação por Edital, bem como no sítio da Internet do Município. -----

9. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÕES SOCIAIS. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 5/2015, do Serviço de Ação Social e Saúde, acompanhando a proposta de atribuição de habitações sociais. -----

De acordo com a referida informação: -----

1 - Até 13/06/2014 estavam inscritos, no Serviço de Ação Social, 78 requerentes à Habitação Social. Como existiam inscrições muito antigas redigimos um ofício para que os requerentes pudessem dizer se ainda estavam interessados e atualizassem as suas

inscrições, ou simplesmente quem não respondesse seria automaticamente retirado da lista. -----

2 - Em Julho de 2014, iniciou-se o processo de análise da situação dos requerentes, com vista à atribuição dos cinco fogos existentes. Para esse efeito, o Serviço de Ação Social fez uma primeira triagem dos candidatos referidos no ponto 1, eliminando alguns deles, dos quais havia conhecimento que já tinham resolvido a sua situação habitacional ou outros casos que não se enquadravam no âmbito deste Projecto de habitação Social (por ex: pessoas que mudaram de concelho – Anexo I e Anexo II). -----

3 - Dos 36 requerentes que constam em processo de análise foram seriados para atribuição de Habitação Social, através das seguintes variáveis constantes da matriz de classificação (Anexo III): Tipologia de Alojamento e Motivo de pedido de habitação, avaliados pelo Sr. Engenheiro Bernardino e as restantes variáveis avaliadas pela Ação Social Dr.ª Ana Braz (Tempo de residência no Concelho; Tipo de família; Elementos com deficiência; Elementos com grau de incapacidade igual ou superior a 60%; Pessoas em idade ativa com incapacidade para o trabalho e o escalão de rendimentos de cada agregado familiar. (Documentos que se encontram no Gabinete de Ação Social). -----

4 - A informação que entregamos poderá ter uma classificação válida por 6 meses, caso vague alguma habitação. -----

5 - Quanto aos restantes agregados familiares que agora não puderam ser contemplados, poderão existir alguns agregados que estão em situação de carência equiparada na classificação. Porém, dado o reduzido número de habitações, não foi possível, nesta ocasião dar a satisfação a essas famílias. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera: -----





1. Atento o Regulamento Municipal das Habitações Sociais em vigor e atenta a Informação n.º 5/2015, do Serviço de Ação Social e Saúde, da responsabilidade da equipa constituída para o efeito, atribuir as cinco habitações às pessoas colocadas nos primeiros cinco lugares da matriz de classificação do Anexo IV em função da aplicação objetiva das regras que foram aprovadas para o efeito. -----

Anexo IV




Matriz de classificação

NOME	MORADA	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Teresa Isabel Cardoso Fitas Zorro	Rua do Penedo, n.º24 – Cuba	119,2	1.º
Cátia Helena Pão Mole Piriquito	Rua de Beja, n.º17 - Cuba	119,2	2.º
Maria da Conceição Cláudia Ximenes Cardeira	Rua Luís de Camões, n.º5/A - Cuba	119,2	3.º
Eloísa das Dores Tacão Cabaça Rodrigues	Rua Luís de Camões, n.º2 – Cuba	117,6	4.º
Manuel José Caeiro	Rua da Esperança,		

Costa	n.º17/B – Cuba	112,8	5.º
Cristina Isabel Correia Sacristão Mendes	Rua Augusta, n.º35 – Cuba	109,1	6.º
Maria Manuela Caeiro Mestre	Travessa dos Cucos, n.º1 – Cuba	102,8	7.º
Mónica Alexandra Janeiro Medinas	Rua da Sociedade, n.º15 – Cuba	102,8	8.º
Jacine Santos Lima Costa	Rua da Fonte, n.º14 – Cuba	101,9	9.º
Carla Alexandra Trindade Serrador	Rua do Carmo, n.º68 – Cuba	100,2	10.º
Bruno Nóbrega Martins	Rua do Penedo, n.º15 – Cuba	96,4	11.º
Joana Clementina Jesus	Rua Visconde da Esperança, n.º21 - Cuba	94,8	12.º
José Manuel Filipe Nunes	Travessa do Carmo, n.º72 – Cuba	94,8	13.º
Maria Goreti Almeida Fernandes	Rua Zeca Afonso, n.º7 – Cuba	93,9	14.º
Maria de Jesus dos Santos Luz	Rua Manuel Vitorino Batarda, n.º11 - Cuba	91,9	15.º
Maria Armada Fitas Vicente	Rua Luís de Camões, n.º33 - Cuba	85,3	16.º
Mariana de Jesus Batista Beçudo	Rua da Esperança, n.º23 – Cuba	85,3	17.º
Vanda Maria Borralho Rosa	Rua da Lagoa, n.º31 – Vila Ruiva	84,7	18.º
Ana Manuela Salgueiro Manhita	Rua da Sociedade Filarmónica, nº22 – Cuba	82,6	19.º
Carolina do Rosário Serrano Baltazar Dimas	Rua da Fé, n.º47 – Faro do Alentejo	77,8	20.º

Serrano Baltazar Dimas	do Alentejo	77,8	20.º
Célia de Jesus Patrício Touregão	Largo dos Jasmins, n.º3 – Cuba	77,3	21.º
Sílvia Isabel Duarte Martins Montes	Rua Augusta, n.º105 – Cuba	75,7	22.º
Lídia Rosa Rodrigues Barbeirinho	Rua das Freiras, n.º12 – Cuba	70,9	23.º
Maria Constança Carriço Abreu	Rua Conde Ferreira, n.º9 – Cuba	70,3	24.º
Mário Nuno Correia Tavares	Rua Emília Salvado Borges, n.º18 - Cuba	70,3	25.º
Marinela Sofia de Carvalho Rosa	Rua de Beja, n.º37 - Cuba	67,8	26.º
Ricardo José Fragoso Bastos	Rua dos Tanques Velhos, n.º4 - Cuba	67,2	27.º
Francisca Rosa Baião	Rua da Mouraria, n.º10 – Cuba	63	28.º
José João dos Santos Mordido	Rua Longa, n.º20 - Cuba	61,5	29.º
Maria do Rosário Galvão Saraiva	Rua das Freiras, n.º9 – Cuba	61,4	30.º
Helena Isabel Vicente Silva Teixeira	Largo Fialho de Almeida, n.º33 - Cuba	59,8	31.º
Delfim Vicente Costa D'Oliveira	Rua 1.º de Maio, n.º50 – Cuba	59,4	32.º
José João Rasquinho Marques	Rua do Alto da Eira, n.º12 – Albergaria dos Fusos	56,6	33.º
Maria Jacinta Pirote Carrilho Serpe	Rua Cândido dos Reis, n.º20 - Cuba	53,4	34.º
Guilhermina da Conceição Panasqueira	Rua Luís de Camões, n.º35 - Cuba	35,9	35.º

H-

 S.B.



Sota			
Rui Pedro Batista Borrvalho	Largo Fialho de Almeida, n.º29 - Cuba	0,9	36.º

2. Mais delibera por unanimidade, que decorrido 1 ano da atribuição será apreciada a deliberação agora formalizada. -----

3. Mais delibera por, unanimidade, que a presente lista para atribuição de futuras moradias tenha a validade de 6 meses contados da presente data. -----

10. APOIOS SOCIAIS. JOÃO PENAS. PAGAMENTO DE LUZ EM ATRASO E REATIVAÇÃO DO SERVIÇO. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que, suportado no novo Regulamento inerente ao Programa de Emergência Social, autoriza a concessão de apoio ao Sr. João Penas para pagamento de luz em atraso e respetiva reativação do serviço, no valor de € 49,69. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *"Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade"*, delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

11. APOIOS SOCIAIS. MARIA DA CONCEIÇÃO CARDEIRA. APOIO ALIMENTAR E APOIO PARA GÁS. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que, suportado no novo Regulamento inerente ao Programa de Emergência Social, autoriza a concessão de apoio à Sr.ª Maria da Conceição Cardeira para aquisição de alimentos no valor de € 50,00 e Gás. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *"Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade"*, delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

12. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO – ANO LETIVO 2014/2015 – APRECIACÃO DE CANDIDATURAS (FORA DO PRAZO POR MOTIVO DE TRANSFERÊNCIAS) PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIO EM CANTINA ESCOLAR, MATERIAIS E/OU LIVROS ESCOLARES E TRANSPORTES ESCOLARES. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 1/2015, do Serviço de Ação Social dando conta da receção de um pedido formulado pela encarregada de educação de dois alunos de nacionalidade ucraniana a residirem no Monte da Zurria, concelho de Cuba. -----

Estes alunos Anastasiia Yaremchuck, de 4 anos a frequentar o ensino pré-escolar e Denys Yaremchuck, de 7 anos, a frequentar o 1.º ciclo, estão matriculados no Agrupamento de Escolas de Cuba - Escola Básica Fialho de Almeida. -----

[Handwritten signature]
S.S.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Por se tratar de uma transferência de uma escola ucraniana para Cuba, estes alunos, no início do 2.º período letivo, não tinham a documentação necessária para tratar dos processos na íntegra ao nível da Ação social Escolar por parte da autarquia (cantina, materiais escolares e transporte escolar). -----

Os processos estão agora concluídos e os assuntos podem ser apresentados em reunião de Câmara. -----

São alunos pertencentes a um agregado familiar com baixos rendimentos económicos, integrados no 1.º escalão de rendimentos determinados para efeitos de atribuição do abono de família, conforme quadros I e II em anexo. -----

Foi, também, solicitado transporte escolar para estes alunos, do Monte da Zurria para a Escola de Cuba e vice-versa. -----

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea hh) do n.º 1, do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em matéria de Ação Social Escolar - Educação Pré-escolar e 1.º ciclo, no que respeita a alimentação materiais e transportes a estudantes - Ano letivo 2014/2015, delibera considerar a candidatura apesar da sua apresentação extemporânea. -----

13. ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO – ANO LETIVO 2014/2015” -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 2/2015 apresentando, de acordo com o art. 4.º do Regulamento Municipal de atribuição de Bolsas de Estudo, a análise da situação socio-económica dos agregados familiares dos candidatos que solicitaram Bolsa de Estudo, ao nível de Rendimento Mensal *per capita* e de outros indicadores sociais, críticos dos agregados familiares, tendo em conta o estipulado nos art. 1.º ao 7.º do Regulamento. -----

A Câmara Municipal de Cuba, na sua reunião ordinária do dia 17 de setembro, deliberou abertura de processo de candidaturas para atribuição de Bolsas de Estudo para o ano letivo 2014/2015, que decorreu durante todo o mês de outubro. -----

Decorrido este prazo, foram rececionadas 43 candidaturas, que foram devidamente analisadas. -----

Determina o n.º 3, do artigo 6º do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo que o rendimento *per capita* a considerar é igual ou inferior ao salário mínimo nacional, sendo liminarmente excluídos todos os candidatos que apresentem valores superiores a este (valor de referência -salário mínimo nacional – 505,00€). -----

De acordo com os requisitos para atribuição de Bolsas de Estudo, encontram-se 41 candidatos em condições de beneficiarem desta medida de ação social. -----

Os requerimentos e os documentos comprovativos dos rendimentos económicos encontram-se no Serviço de Ação Educativa da Autarquia. -----

Mais se informa que o **encargo financeiro** para o ano letivo 2014/2015 para atribuição das 41 Bolsas, **tem um valor de 29.520,00€**. -----

Assim, para cumprimento do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, deve ser averiguada a disponibilidade financeira para a comparticipação que cabe ao município, mediante a emissão da informação de cabimento e do compromisso sequencial devidos. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a referida informação e no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea hh) do n.º 1, do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera que sejam concedidas as 41 bolsas do alunos que cumprem os requisitos para a sua atribuição devendo diligenciar-se para que seja

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "fmg", "SB.", and "H. Paulo".

efetuada a necessária alteração ao Orçamento Municipal 2015 por forma a contemplar as seis bolsas adicionais. -----

**BOLSAS DE ESTUDO
ANO LETIVO 2014/2015
LISTA DE CANDIDATOS**

Carmen Dolores Gonçalves Santana
Francisco José Horta Carapuça
Joana Isabel Ferreira Costa
Margarida Marques Carriço
Raquel Sofia Fitas Leão
Celia Maria Doutor Delgado
Ana Filipa Maia Capela
Cristiana Isabel Barrocas Enguiça
Andreia Filipa Ferreira Lima Raposo
Manuel Ernesto Agostinho Carvalho
Rita Isabel Carrilho Lameira
Daniela Sofia Esteves Pola
Ana Sofia Lança Daroeira
Susana Isabel Barbeirinho Beißudo
Alvaro Miguel Frausto Tavares
Ana Rita Gonçalves Salgueiro
Jorge Miguel Tavares Seco
Hugo Miguel Candeias Baltazar
Luis Carlos Damásio Baião
Isidoro Manuel Dimas Almanso
Tania Filipa Santos Loução
Claudia Sofia José Carvalho
Ana Luisa Fialo Rato
Andreia Cristinba Camacho Botelho
Alice Isabel Serrano
Margarida Polvora Chaveiro
João Miguel Ortega de Oliveira Paulo
Ana Cláudia Rosado Carraça
Ines Isabel Vasco Brás
Vitor Hugo Carvalho Caixeiro
Helena Isabel Canudo Melgão
Joana Sofia Canudo Severo
Pedro Miguel Costa Fialho
Francisco Manuel Baião Soudo
Carina Capitão Janeiro
Marisa Capitão Janeiro
Luis Daniel Raimundo Martins
Inês Isabel Serol Roque

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

Inês Isabel Sota Batista Cabaça
Ana José Galinha Cardoso
Ana Rita Branco Vargas

14. ADEÇÃO À PARCERIA DE PROMOÇÃO E EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL (EDL). -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente com a decisão de adesão à Parceria de promoção e execução da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) no âmbito do Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) Rural 2014-2020, proferido no dia 8/01/2015, em virtude de, atento o prazo de resposta solicitado pela Terras Dentro – Associação para o Desenvolvimento Integrado, não ter permitido submeter este assunto a deliberação do Órgão Executivo. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

15. REPORTE DAS DESPESAS NAS CANDIDATURAS AOS PROGRAMAS SOCIAIS EM 2014 DE ENCARGOS PLURIANUAIS INFERIORES A € 30.000. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 6/2015 do Serviço No seguimento do solicitado pelo Chefe da DGM, Dr. Vitor Fialho, informo que as despesas nas candidaturas aos programas sociais de encargos plurianuais inferiores a € 30.000 são as constantes nos quadros seguintes: -----

Candidaturas aos programas sociais ano 2014				
Câmara Municipal de Cuba				
Candidatura	Início	Fim	Despesa	Total
167/CEI/13	14-08-2013	13-08-2014	1.204,31 €	2.476,77 €
041/CEI+/13	08-04-2013	07-04-2014	1.355,48 €	8.165,15 €
117/CEI+/13	22-08-2013	21-08-2014	1.246,51 €	7.526,35 €
167/CEI+/14	21-07-2014	20-07-2015	3.506,09 €	11.056,24 €
322/CEI/14	17-11-2014	16-11-2015	7,83 €	81,83 €
0432/EE/14	13-10-2014	12-10-2015	350,26 €	1.279,29 €
0037/EE/14	09-04-2014	08-04-2015	1.186,62 €	4.910,57 €
0033/EE/14	09-04-2014	08-04-2015	575,75 €	5.917,14 €
18/PVE-AE/14	01-09-2014	31-08-2015	702,85 €	4.179,29 €
036/PVE-EP/13	01-09-2013	31-08-2015	0,00 €	8.125,16 €
028/PVE-EP/14	01-07-2014	31-03-2015	0,00 €	2.557,26 €
029/PVE-EP/14	01-07-2014	31-03-2015	0,00 €	2.552,99 €
151/CEI+/13	01-02-2013	31-01-2014	83,84 €	676,96 €
0154/PAC/13	25-09-2013	24-09-2014	0,00 €	66.091,37 €
			10.219,54 €	

Vila Ruiva				
Candidatura	Início	Fim	Despesa	Total
190/CEI+/13	20-01-2014	19-01-2015	11.009,81 €	11.009,81 €

286/CEI/13	20-01-2014	19-01-2015	10.223,99 €	10.223,99 €
			21.233,80 €	

Junta de Freguesia de Cuba				
Candidatura	Início	Fim	Despesa	Total
179/CEI+/13	20-01-2014	19-01-2015	10.422,63 €	10.422,63 €
042/CEI+/13	08-04-2013	07-04-2014	2.621,18 €	2.621,18 €
004/EACE/13	01-03-2013	28-02-2014	83,84 €	83,84 €
			13.127,65 €	

Junta de Freguesia de Faro do Alentejo				
Candidatura	Início	Fim	Despesa	Total
178/CEI+/13	20-01-2014	19-01-2015	10.417,54 €	10.417,54 €
			10.417,54 €	

Bombeiros Voluntários de Cuba				
Candidatura	Início	Fim	Despesa	Total
057/CEI+/13	02-05-2014	01-05-2015	5.577,20 €	5.577,20 €
080/CEI/13	02-05-2014	01-05-2015	4.020,19 €	4.020,19 €
			9.597,39 €	

Total Despesa			54.376,38 €	
---------------	--	--	-------------	--

A Câmara tomou conhecimento e delibera enviar o documento para conhecimento da Assembleia Municipal. -----

16. REPORTE DAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS CONTRATADAS EM 2014 DE VALOR INFERIOR A € 5.000 E DE ENCARGOS PLURIANUAIS INFERIORES A € 30.000. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 87/2014, do SAJAI, apresentando as aquisições de serviços contratadas em 2014, de valor inferior a € 5.000 e de encargos plurianuais inferiores a € 30.000

AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS INFERIORES A € 5.000

Designação do procedimento	Adjudicatário	Data da adjudicação	Valor (s/ IVA)
Ajuste Direto simplificado para prestação de serviços de manutenção da aplicação DocBase	DID – Documentação, Informática e Desenvolvimento, Lda NIF 502 563 770	27-10-2014	€ 1.010,25
Ajuste Direto nº 21/14 para prestação de serviços artísticos Herman José	HERMANIAS – Promoção de Espectáculos e Gestão de Investimentos, Lda NIF 501 864 610	29-07-2014	€ 5.000,00
Ajuste Direto nº 23/14 para restação de serviços de elaboração da revista municipal*	Regi7 – Comunicações e Artes Gráficas da Região de Setúbal NIF 501 955 313	23-07-2014	€ 4.506,00

Ajuste Direto nº 27/14 para prestação de serviços artísticos Aurora	Metropolitana – Edições Discográficas, Unipessoal, Lda NIF 505 558 424	06-08-2014	€ 3.000,00
---	---	------------	------------

AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS COM ENCARGOS PLURIANUAIS INFERIORES A € 30.000

Designação do procedimento	Adjudicatário	Data da adjudicação	Valor (s/ IVA)
Ajuste Direto nº 23/14 para prestação de serviços de elaboração da revista municipal*	Regi7 – Comunicações e Artes Gráficas da Região de Setúbal NIF 501 955 313	23-07-2014	€ 4.506,00
Ajuste direto nº 06/14 para prestação de serviços de análise da qualidade das águas de consumo humano e piscinas e análise das águas residuais das ETAR's do concelho durante o triénio 2014/2016	LALA – Laboratório de Análises do Litoral Alentejano, Lda NIF 503 310 980	21-01-2014	€ 9.452,10
Ajuste Direto nº 10/14 para aquisição de serviços de comunicações móveis	MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. NIF 502 600 268	24-03-2014	€ 14.980.00
Ajuste Direto nº 14/14 para prestação de serviços em regime de avença para a área da comunicação social - jornalismo	António Duarte Ildefonso Barradinhas NIF 223 051 489	22-04-214	€ 9.900.00
Ajuste Direto nº 15/14 para prestação de serviços para conclusão da revisão do PDM de Cuba	Lugar do Plano, Gestão do Território e Cultura, Lda NIF 506 378 802	14-05-2014	€ 40.000,00
Ajuste Direto nº 18/14 para prestação de serviços de auditoria externa das contas do Município	G. MARQUES, SROC, Unipessoal, Lda NIF 508 426 936	15-07-2014	€ 21.000,00
Ajuste Direto nº 28/14 para prestação de serviços de <i>renting</i> de equipamentos multifunções e <i>outsourcing</i> de cópias e impressão	J.V. - Comércio de Equipamentos e Serviços, Lda NIF 501 725 717	02-09-2014	€ 33.720,00
Ajuste Direto nº 32/14 para prestação de serviços de manutenção de software AIRC	AIRC – Associação de Informática da Região Centro NIF 501 378 669	04-11-2014	€ 8.945,00

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

*Procedimento inferior a € 5.000, mas que deu origem a encargo plurianual, uma vez que a última edição do boletim municipal se processa em 2015, motivo pelo qual a última fatura só será paga no novo ano civil.

A Câmara tomou conhecimento e delibera enviar o documento para conhecimento da Assembleia Municipal. -----

17. PROPOSTA DE REGULAMENTO DO 13º GRANDE PRÉMIO DE ATLETISMO DR. CARLOS GRADIZ. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 2/2015, do Serviço de Ação Desportiva acompanhando a proposta de Regulamento do 13.º Grande Prémio de Atletismo Dr. Carlos Gradiz. -----

De acordo com a Informação foram mantidos, integralmente, os valores de atribuição de prémios monetários em relação ao anterior regulamento em todos os escalões. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera aprovar o presente Regulamento e ao abrigo da alínea k) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, submeter o mesmo à aprovação da Assembleia Municipal para que possa produzir eficácia externa. -----

18. PROPOSTA DE REGULAMENTO DO 1º TORNEIO AMADOR DE TIRO COM ARMA DE PRESSÃO. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 3/2015, do Serviço de Ação Desportiva propondo a realização do 1º Torneio Amador de Tiro com Arma de Pressão, no próximo dia 24 de janeiro de 2015 e, simultaneamente, a aprovação do respetivo Regulamento. De acordo com a referida informação foram mantidas as linhas orientadora da Federação Portuguesa de tiro, com as adaptações consideradas necessárias para o bom desenvolvimento da atividade e com o cariz da mesma. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera aprovar o presente Regulamento. -----

19. PALMA BORRALHO RELÓGIO, LDA. PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS ASSOCIADAS ÀS REDES DE ÁGUA E SANEAMENTO. -----

Vem a Empresa Palma Borralho Relógio, Lda., no âmbito do protocolo de colaboração celebrado com a Câmara Municipal de Cuba, para a Requalificação do Palacete Borralho, solicitar a isenção das **taxas** associadas à ligação às redes de água e saneamento. -----

A Câmara, com base na Informação n.º 12/2015, da Subunidade Administrativa, consciente de que em reunião de 27 de março de 2013, deliberou declarar de interesse público a candidatura do Projeto de Requalificação do Palacete Borralho ao PRODOR – medida 3.2 – Melhorias da qualidade e v, e 3.2.1 – Conservação e valorização do Património Rural, e isentou do pagamento das **taxas** devidas com a emissão do alvará de licenciamento das obras associadas a essa requalificação, cujo enquadramento legal está previsto no art.º 5.º (Isenções e Reduções) do Regulamento Municipal de Taxas e Preços. -----

A Câmara, por unanimidade, no âmbito de uma interpretação abrangente do protocolo subscrito entre o Município de Cuba e a empresa requerente, visando a abertura ao público da Casa Museu Palacete Borralho, delibera deferir a pretensão isentando dos custos inerentes. -----

20. MIGUEL ÂNGELO NUNES PAIS SANTOS. PEDIDO DE LUGAR DE ESTACIONAMENTO.

Solicita o Sr. Miguel Ângelo Nunes Pais Santos, a possibilidade de lhe ser concedido um lugar de estacionamento reservado no passeio frente à sua habitação, sita na Rua do Carmo, 71, em Cuba, por motivo relacionado com a sua atividade profissional de comerciante, pois necessita de ligar à eletricidade a sua viatura com caixa frigorífica e o tamanho da garagem que possui não lhe permite estacionar aí o veículo. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 4/2015, do SAJAI e de harmonia com o disposto na alínea rr) do n.º 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibera deferir parcialmente a pretensão do requerente condicionando o estacionamento à apresentação de informação detalhada sobre quais as 3 horas do dia em que o mesmo querará utilizar para o efeito. -----

Deverá em simultâneo, informar se o carregamento da máquina de frio terá ou não implicações em sede de ruído na vizinhança. -----

21. FERNANDO JOSÉ LEITE NEVES BARATA. DIREITO DE AUDIÊNCIA DOS INTERESSADOS. CONSUMO EXAGERADO DE ÁGUA NA RUA NOVA, N.º 7, EM VILA RUIVA. INFORMAÇÃO TÉCNICA. -----

Requeru o Sr. Fernando José Leite Neves Barata a elaboração de um relatório relativamente a um consumo excessivo de água no prédio sito na Rua Nova, n.º 7, em Vila Ruiva, e a possibilidade de se arranjar uma justificação para o sucedido de forma a solucionar o problema. -----

A Câmara, por unanimidade, em sua reunião de 12-11-2014, atentos os factos que lhe foram presentes, nomeadamente os relatórios dos técnicos da autarquia, especialistas nesta matéria, não conseguiu encontrar fundamento para deliberar em sentido contrário. No entanto, por admitir que o consumo em causa é totalmente anómalo em relação ao que é o histórico do utilizador, deliberou, em sede de direito de audiência dos interessados, conceder 10 dias úteis ao requerente, para, querendo, apresentar alegação escrita fundamentada que permita outro tipo de deliberação. -----

O Sr. Fernando José Leite Neves Barata, em sede do direito concedido, apresentou argumentação escrita para justificar o sucedido. -----

A Câmara, em sua reunião de 23 de dezembro de 2014, por unanimidade, entendeu que a argumentação apresentada pelo exponente não foi suficiente para o perdão da dívida e decidiu solicitar parecer técnico especializado, a um dos elementos da estrutura camarária, a ser presente na reunião de Câmara, em 21 de janeiro. -----

É presente à Câmara a Informação n.º 4/2015, do Serviço de Obras Municipais cujo conteúdo vai no sentido de rebater a argumentação apresentada pelo requerente ao mesmo tempo que conclui que o consumo ocorreu efetivamente e que não existe qualquer avaria no contador. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera notificar o requerente de que esgotados todos os mecanismos técnicos, não se conseguiu fazer qualquer tipo de prova de que o contador sofreu de qualquer anomalia no período em causa. -----

Notifique-se o munícipe dando-lhe conhecimento da informação técnica. -----

22. CONSTITUIÇÃO DOS FUNDOS DE MANEIO PARA O ANO ECONÓMICO E CIVIL DE 2015; -----

- AS REGRAS APLICÁVEIS, AS METODOLOGIAS A PROSSEGUIR E A PROPOSTA COM A DISTRIBUIÇÃO PELOS DIVERSOS AGENTES E RESPETIVOS VALORES. -----

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "f.h.", "S.B.", and "J. Paulo".

Foi presente à Câmara a Informação n.º 58/2014 do Chefe da DGM, acompanhando a proposta de constituição de fundos de maneo em moldes muito semelhantes ao que ocorreu em 2014, efetuando-se apenas alguns reajustamentos pontuais nas rubricas, nos valores e num ou noutro detentor desses mesmos fundos. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera: -----

1) – Ao abrigo do disposto no nº 2.3.4.3 do POCAL, aprovado pelo DL 54-A/99, de 22/02, **determinar que sejam constituídos fundos de maneo para o ano económico e civil de 2015** nos moldes a seguir propostos: -----

a) - **Presidente da Câmara – Dr. João Português**-----Total do fundo: € 400

Rubricas que integram o fundo e respetivos montantes:-----

Gasóleo.....	01 02/02 01 02 02	€ 100
Deslocações e Estadas	01 02/02 02 13	€ 150
Outros Serviços	01 02/02 02 25	€ 75
Outros Bens	01 02/02 01 21	€ 75

b) - **Vice-Presidente da Câmara – Sr.º Francisco Fitas**-----Total do fundo: € 250

Rubricas que integram o fundo e respetivos montantes:-----

Combustíveis – Gasolina	01 02/02 01 02 01	€ 50
Deslocações e Estadas	01 02/02 02 13	€ 50
Comunicações	01 02/02 02 09	€ 25
Outros Bens	01 02/02 01 21	€ 25
Outros Serviços	01 02/02 02 25	€ 50
Transportes	05 03/02 02 10	€ 50

c) - **Vereadora Dr.ª Sandra Bráz:** -----Total do fundo: € 200

Rubricas que integram o fundo e respetivos montantes:-----

Combustíveis – Gasolina	01 02/02 01 02 01	€ 50
Deslocações e estadas	01 02/02 02 13	€ 50
Outros Bens	01 02/02 01 21	€ 50
Transportes.....	01 02/02 02 10	€ 50

d) - **Chefe da DGM: Dr.º Vitor Fialho**-----Total do fundo € 200

Rubricas que integram o fundo e respetivos montantes:-----

Combustíveis – Gasolina	05 01/02 01 02 01	€ 25
Material de Escritório	05 01/02 01 08	€ 50
Comunicações	05 01/02 02 09	€ 25
Outros Bens	05 01/02 01 21	€ 50
Deslocações e estadas	05 01/02 02 13	€ 50

e) - **Enc. Geral Pessoal Operac. - Parque e Viaturas – Obras Municipais** -----
Sr.º José Domingos Galinha-----Total do fundo € 100

Rubricas que integram o fundo e respetivos montantes:-----

Outros Bens	05 03/02 01 21	€ 100
-------------------	----------------------	-------

f) - **Enc. Pessoal Operac. - Parque e Jardins** -----
Sr.º Francisco Gonçalves: -----Total do fundo € 50

Rubricas que integram o fundo e respetivos montantes:-----

Outros Bens	05 03/02 01 21	€ 50
-------------------	----------------------	------

g) - **Enc. Pessoal Operac. – Higiene e Limpeza** -----
Sr.º Francisco Cardoso: -----total do fundo € 50

Rubricas que integram o fundo e respetivos montantes:-----

Outros Bens	05 03/02 01 21	€ 50
-------------------	----------------------	------

h) - Piscinas Municipais – Sr.º Vítor Teixeira: -----Total do fundo € 75

Rubricas que integram o fundo e respectivos montantes:-----

Outros Bens 05 04/02 01 21 € 75

i) - Coordenador Técnico – Parque de Máquinas e Viaturas/Refeitório Municipal:
Sr.º António José Chaveiro -----Total do fundo € 700

Rubricas que integram o fundo e respectivos montantes:-----

Aliment. – Gén. p/confeção 05 03/02 01 06 € 50

Conservação de Bens 05 03/02 02 03 € 25

Outros Bens 05 03/02 01 21 € 100

Outros Trabalhos Especializados 05 03/02 02 20 € 150

Outros Serviços 05 04/02 02 25 € 50

Outros Trabalhos Especializados 05 04/02 02 20 € 50

Outros materiais - Peças 05 03/02 01 14 € 225

Outros Serviços 05 03/02 02 25 € 50

j) – Dr.ª Dulce Lopes – Ação Cultural e Turismo: ----- Total do fundo € 50

Rubricas que integram o fundo e respectivos montantes:-----

Outros Bens 05 04/02 01 21 € 50

l) – Sr.ª Sofia Mosca – Biblioteca Municipal: -----Total do fundo € 250

Rubricas que integram o fundo e respectivos montantes:-----

Outros Bens 05 04/02 01 21 € 250

2) – Dar conhecimento aos detentores dos fundos de maneio das regras aqui enunciadadas. -----

23. ERVIDEIRA SOCIEDADE AGRÍCOLA, LDA. PEDIDO DE CERTIDÃO DE ENQUADRAMENTO EM PDM. ARRANQUE DE AZINHEIRAS E SOBREIROS – MONTE DA RIBEIRA - VILA ALVA. -----

Vem o requerente solicitar a emissão de certidão de enquadramento em PDM, relativa ao arranque de azinheiras e sobreiros para efeitos de complemento do pedido efetuado junto do ICNB. -----

Do respectivo enquadramento em PDM, de acordo com a **Planta de Ordenamento**, verifica-se que os prédios estão inseridos em **Áreas com Vocação Agrícola dominante, Áreas de Montado de azinho e Espaço Silvo-pastoril**; -----

De acordo com a **Planta de Condicionantes**, o mesmo interfere com solos de Reserva Agrícola Nacional (**RAN**) e ainda com áreas de **REN** (Reserva Ecológica Nacional); -----

Relativamente aos solos de RAN, tratando-se de uma acção agrícola, não havendo obras de edificação, e sem prejuízo da legislação específica, julgamos haver enquadramento no art.º 86.º do regulamento do PDM e no Decreto-Lei n.º 73/2009 de 31/3, que estabelece o regime da Reserva Agrícola; -----

Para os solos de REN, há que ter em consideração o respectivo regime jurídico, actualmente regulado pelo Decreto-Lei n.º 180/2006 de 6 setembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 239/2012 de 2 de Novembro. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação n.º 00/2015, dos Serviços de Urbanismo, delibera certificar que o arranque pretendido não contraria o disposto no PDM, devendo, porém, o requerente, nos termos do atrás disposto, e tendo em consideração as competências da CCDRA para os solos de REN, promover a auscultação daquela entidade, bem como da Direcção-Geral das Florestas, para clarificar se a ação pretendida estará sujeita a comunicação prévia, ou se porventura

estará isenta de qualquer procedimento. -----
Mais delibera notificar expressamente o requerente que tendo em conta que se trata de abate de sobreiros e de azinheiras, cuja acção é regulada por legislação específica, designadamente o Decreto-Lei n.º 169/2001 de 25 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 155/2004 de 30 de junho, carece de autorização nos termos do fixado pelo artigo 3.º, que é da competência da Direcção-Geral das Florestas, após parecer da direcção regional de agricultura. -----

24. JOAQUINA DA CONCEIÇÃO ALGARVIO PIRES MARQUES. PEDIDO DE CERTIDÃO DE ENQUADRAMENTO EM PDM - ARRANQUE DE 20 OLIVEIRAS/PRÉDIO ART.º 430 – SECÇÃO E - VILA ALVA. -----

Vem a requerente solicitar a emissão de certidão de enquadramento em PDM, relativa ao arranque de 20 oliveiras para efeitos de plantação de vinha, no prédio acima identificado. -----

Do respectivo enquadramento em PDM, de acordo com a **Planta de Ordenamento**, verifica-se que o prédio está inserido em **Áreas com Vocação Agrícola dominante, e Espaço Silvo-pastoril**; -----

De acordo com a **Planta de Condicionantes**, o mesmo interfere com solos de Reserva Agrícola Nacional (**RAN**) e ainda com áreas de **REN** (Reserva Ecológica Nacional); -----

Relativamente aos solos de RAN, tratando-se de uma acção agrícola, não havendo obras de edificação, e sem prejuízo da legislação específica, julgamos haver enquadramento no art.º 86.º do regulamento do PDM e no Decreto-Lei n.º 73/2009 de 31/3, que estabelece o regime da Reserva Agrícola; -----

Para os solos de REN, há que ter em consideração o respectivo regime jurídico, actualmente regulado pelo Decreto-Lei n.º 180/2006 de 6 setembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 239/2012 de 2 de novembro. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação n.º 26/2015, dos Serviços de Urbanismo, delibera certificar que o arranque pretendido não contraria o disposto no PDM, devendo, porém, o requerente, nos termos do atrás disposto, e tendo em consideração as competências da CCDRA para os solos de REN, promover a auscultação aquela entidade, para clarificar se a acção pretendida estará sujeita a comunicação prévia, ou se porventura estará isenta de qualquer procedimento. -----

25. JOAQUINA DA CONCEIÇÃO ALGARVIO PIRES MARQUES. PEDIDO DE CERTIDÃO DE ENQUADRAMENTO EM PDM - ARRANQUE DE 80 OLIVEIRAS/PRÉDIO ART.º 206 – SECÇÃO E - VILA ALVA. -----

Vem a requerente solicitar a emissão de certidão de enquadramento em PDM, relativa ao arranque de 80 oliveiras para efeitos de plantação de vinha, no prédio acima identificado. -----

Do respectivo enquadramento em PDM, de acordo com a **Planta de Ordenamento**, verifica-se que o prédio está inserido em **Áreas com Vocação Agrícola dominante, e Espaço Silvo-pastoril**; -----

De acordo com a **Planta de Condicionantes**, o mesmo interfere com solos de Reserva Agrícola Nacional (**RAN**) e ainda com áreas de **REN** (Reserva Ecológica Nacional); -----

Relativamente aos solos de RAN, tratando-se de uma acção agrícola, não havendo obras de edificação, e sem prejuízo da legislação específica, julgamos haver

enquadramento no art.º 86.º do regulamento do PDM e no Decreto-Lei n.º 73/2009 de 31/3, que estabelece o regime da Reserva Agrícola; -----

Para os solos de REN, há que ter em consideração o respectivo regime jurídico, actualmente regulado pelo Decreto-Lei n.º 180/2006 de 6 setembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 239/2012 de 2 de novembro. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação n.º 27/2015, dos Serviços de Urbanismo, delibera certificar que o arranque pretendido não contraria o disposto no PDM, devendo, porém, o requerente, nos termos do atrás disposto, e tendo em consideração as competências da CCDRA para os solos de REN, promover a auscultação aquela entidade, para clarificar se a acção pretendida estará sujeita a comunicação prévia, ou se porventura estará isenta de qualquer procedimento. -----

OBRAS PARTICULARES. -----

PEDIDO DE LICENCIAMENTO. -----

26. PK – UNIPESSOAL, LDA. PROCESSO N.º 9/2013. -----

Pedido de licença especial para acabamentos no prédio sito na Rua da Fonte dos Leões, 22 a 28, em Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica, ao abrigo do n.º 1, do art.º 88.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação atual, delibera emitir a licença especial para acabamentos pelo prazo de 3 meses de acordo com a pretensão do requerente. -----

27. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUBA E A ARPICUBA – ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DE CUBA. -----

Foi presente à Câmara o protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Cuba e a ARPICUBA – Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, considerando o relevante interesse sócio cultural das atividades desenvolvidas pela Arpicuba – Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Cuba; no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea u) do nº 1 do artº. 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro em articulação com as competências que são atribuídas ao mesmo órgão pelo art. 8.º do Regulamento Municipal de Apoios Financeiros e Não Financeiros, delibera aprovar o referido protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes: -----

1ª

O presente Protocolo de Colaboração tem por objeto disciplinar a concessão do apoio financeiro a conceder pelo Município de Cuba à Arpicuba – Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Cuba, para que esta possa levar a efeito a sua atividade. -----

2ª

1. O apoio financeiro total referido no artigo anterior é de € 650, sendo respeitante a verbas correntes. -----

2. O apoio referido no número anterior destina-se ao desenvolvimento das atividades do 2º outorgante, sendo repartido da seguinte forma: -----

- a) € 75 para o 1º passeio de lazer para os seus associados; -----
- b) € 100 para realização da concentração de veículos motorizados de duas rodas; -----
- c) € 100 uma sardinhada para os seus associados ; -----
- d) € 200 para realização do encontro de poesia popular; -----
- e) € 100 para a realização de passeios de lazer; -----

f) € 75 para o lanche de Natal dos seus associados em dezembro; -----

3ª

O 2º outorgante compromete-se a utilizar as verbas que lhe sejam atribuídas de forma eficiente e com a diligência devida à sua correta utilização, visando sempre os fins para que foram atribuídas. -----

4ª

O 1º outorgante compromete-se a entregar ao 2º outorgante as verbas referidas na cláusula 2ª nos prazos acordados entre ambas as partes e na sequência da realização das atividades propostas pelo 2º outorgante. -----

5ª

O 2º outorgante compromete-se a apresentar ao 1º outorgante, no final do corrente ano, um relatório de todas as despesas realizadas com as verbas atribuídas ao abrigo do presente protocolo, o qual deve ser instruído com todos os documentos de despesa correspondentes. -----

6ª

O incumprimento pelo 2º outorgante do disposto no presente protocolo implica a rescisão do mesmo, bem como a restituição das verbas entretanto recebidas. -----

7ª

1. Compete ao 1º outorgante fiscalizar a execução deste protocolo, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias. -----
2. O 2º outorgante deve prestar ao 1º todas as informações por este solicitado acerca da execução do protocolo. -----

8ª

1. O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e vigorará até ao final do corrente ano civil, podendo ser renovado por iguais períodos se nenhuma das partes a tal se opuser. -----
2. Compete ao 1º outorgante, por sua iniciativa ou a requerimento do 2º outorgante, aprovar as alterações ao presente protocolo. -----

27.1. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUBA E O GRUPO CORAL "OS CEIFEIROS DE CUBA". -----

Foi presente à Câmara o protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Cuba e o Grupo Coral "Os Ceifeiros de Cuba". -----

A Câmara, por unanimidade, considerando que, ao longo da sua existência, o Grupo Coral "Os Ceifeiros de Cuba" tem contribuído para divulgar o cante alentejano, assim como o nome de Cuba em todos os locais onde atua; considerando os relevantes serviços de natureza cultural desenvolvidos por este Grupo; no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea u) do nº 1 do artº. 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro em articulação com as competências que são atribuídas ao mesmo órgão pelo art. 8.º do Regulamento Municipal de Apoios Financeiros e Não Financeiros, aprovar o referido protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes: -----

1ª

O presente Protocolo de Colaboração tem por objeto disciplinar a concessão do apoio financeiro a conceder pelo Município de Cuba ao Grupo Coral "Os Ceifeiros de Cuba", para que este possa levar a efeito a sua atividade cultural. -----

2ª

1. O apoio financeiro total referido no artigo anterior é de € 1.282,50, sendo respeitante na íntegra a verbas correntes.-----

2. As verbas referidas no número anterior destinam-se aos seguintes fins: -----

a) € 1.069,00, destinam-se a custear as despesas decorrentes da sua atividade; -----

b) € 213,50, destinados às comemorações do aniversário do grupo coral. -----

3. Os pagamentos dos apoios financeiros serão feitos por transferência bancária para o NIB a designar posteriormente, no primeiro e último trimestre do ano. -----

3ª

1. O Município de Cuba compromete-se a prestar o apoio técnico e logístico necessário à implementação das atividades previstas no plano anual, de acordo com os recursos que a autarquia possui e a sua disponibilidade; -----

2. A autarquia compromete-se a ceder os meios de transporte do município, em conformidade com a sua disponibilidade e as solicitações do grupo coral, nas seguintes condições: -----

a) um limite máximo de 1500 km, para o ano civil de 2015; -----

b) sempre que o limite definido anteriormente seja ultrapassado o Município de Cuba procederá à cedência dos referidos meios, de acordo com a disponibilidade da autarquia, sendo da responsabilidade da associação todas as despesas inerentes às viagens realizadas. -----

4ª

1. O 2º outorgante compromete-se a utilizar as verbas que lhe sejam atribuídas de forma eficiente e com a diligência devida à sua correta utilização, visando sempre os fins para que foram atribuídas. -----

2. O 2º outorgante compromete-se a prestar colaboração nos eventos realizados pelo 1º outorgante sempre que este lho solicite. -----

5ª

O 1º outorgante compromete-se a entregar ao 2º outorgante as verbas devidas em tempo oportuno. -----

6ª

O 2º outorgante compromete-se a apresentar ao 1º outorgante, no final do corrente ano, um relatório de todas as despesas realizadas com as verbas atribuídas ao abrigo do presente protocolo, o qual deve ser instruído com todos os documentos de despesa correspondentes. -----

7ª

O 1º outorgante compromete-se ainda a dar apoio logístico às atividades desenvolvidas pelo 2º outorgante, designadamente apoio na divulgação, apoio em material e equipamentos, sempre haja disponibilidade para o efeito. -----

8ª

O incumprimento pelo 2º outorgante do disposto no presente protocolo implica a rescisão do mesmo, bem como a restituição das verbas entretanto recebidas. -----

9ª

1. Compete ao 1º outorgante fiscalizar a execução deste protocolo, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias. -----

2. O 2º outorgante deve prestar ao 1º todas as informações por este solicitado acerca da execução do protocolo. -----

10ª

1. O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e vigorará até ao final do corrente ano civil, podendo ser renovado por iguais períodos se nenhuma das partes a tal se opuser.-----

2. Compete ao 1º outorgante, por sua iniciativa ou a requerimento do 2º outorgante, aprovar as alterações ao presente protocolo.-----

27.2. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUBA E O GRUPO CORAL DE S. LUÍS DE FARO DO ALENTEJO. -----

Foi presente à Câmara o protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Cuba e o Grupo Coral de S. Luís de Faro do Alentejo. -----

A Câmara, por unanimidade, considerando que, ao longo da sua existência, o Grupo Coral de S. Luís de Faro do Alentejo tem contribuído para divulgar o cante alentejano, assim como o nome de Cuba em todos os locais onde atua; considerando os relevantes serviços de natureza cultural desenvolvidos por este Grupo; no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea u) do nº 1 do artº. 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro em articulação com as competências que são atribuídas ao mesmo órgão pelo art. 8.º do Regulamento Municipal de Apoios Financeiros e Não Financeiros, aprovar o referido protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes: -----

1ª

O presente Protocolo de Colaboração tem por objeto disciplinar a concessão do apoio financeiro a conceder pelo Município de Cuba ao Grupo Coral de S. Luís de Faro do Alentejo, para que este possa levar a efeito a sua atividade cultural. -----

2ª

1. O apoio financeiro total referido no artigo anterior é de € 1.282,50, sendo respeitante na íntegra a verbas correntes. -----

2. As verbas referidas no número anterior destinam-se aos seguintes fins: -----

a) € 1.069,00, destinam-se a custear as despesas decorrentes da sua atividade; -----

b) € 213,50, destinados às comemorações do aniversário do grupo coral. -----

3. Os pagamentos dos apoios financeiros serão feitos por transferência bancária para o NIB 00 45 6257 4016 5313 6514 0, no primeiro e último trimestre do ano. -----

3ª

1. O Município de Cuba compromete-se a prestar o apoio técnico e logístico necessário à implementação das atividades previstas no plano anual, de acordo com os recursos que a autarquia possui e a sua disponibilidade; -----

2. A autarquia compromete-se a ceder os meios de transporte do município, em conformidade com a sua disponibilidade e as solicitações do grupo coral, nas seguintes condições: -----

a) um limite máximo de 1500 km, para o ano civil de 2015; -----

b) sempre que o limite definido anteriormente seja ultrapassado o Município de Cuba procederá à cedência dos referidos meios, de acordo com a disponibilidade da autarquia, sendo da responsabilidade da associação todas as despesas inerentes às viagens realizadas. -----

4ª

1. O 2º outorgante compromete-se a utilizar as verbas que lhe sejam atribuídas de forma eficiente e com a diligência devida à sua correta utilização, visando sempre os fins para que foram atribuídas. -----

2. O 2º outorgante compromete-se a prestar colaboração nos eventos realizados pelo 1º outorgante sempre que este lho solicite.-----

5ª

O 1º outorgante compromete-se a entregar ao 2º outorgante as verbas devidas em tempo oportuno.-----

6ª

O 2º outorgante compromete-se a apresentar ao 1º outorgante, no final do corrente ano, um relatório de todas as despesas realizadas com as verbas atribuídas ao abrigo do presente protocolo, o qual deve ser instruído com todos os documentos de despesa correspondentes.-----

7ª

O 1º outorgante compromete-se ainda a dar apoio logístico às atividades desenvolvidas pelo 2º outorgante, designadamente apoio na divulgação, apoio em material e equipamentos, sempre haja disponibilidade para o efeito.-----

8ª

O incumprimento pelo 2º outorgante do disposto no presente protocolo implica a rescisão do mesmo, bem como a restituição das verbas entretanto recebidas.-----

9ª

1. Compete ao 1º outorgante fiscalizar a execução deste protocolo, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias.-----

2. O 2º outorgante deve prestar ao 1º todas as informações por este solicitado acerca da execução do protocolo.-----

10ª

1. O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e vigorará até ao final do corrente ano civil, podendo ser renovado por iguais períodos se nenhuma das partes a tal se opuser.-----

2. Compete ao 1º outorgante, por sua iniciativa ou a requerimento do 2º outorgante, aprovar as alterações ao presente protocolo.-----

27.3. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUBA E O GRUPO CORAL "FLORES DO ALENTEJO".-----

Foi presente à Câmara o protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Cuba e o Grupo Coral "Flores do Alentejo".-----

A Câmara, por unanimidade, considerando que, ao longo da sua existência, o Grupo Coral "Flores do Alentejo" tem contribuído para divulgar o cante alentejano, assim como o nome de Cuba em todos os locais onde atua; considerando os relevantes serviços de natureza cultural desenvolvidos por este Grupo; no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea u) do nº 1 do artº. 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro em articulação com as competências que são atribuídas ao mesmo órgão pelo art. 8.º do Regulamento Municipal de Apoios Financeiros e Não Financeiros, aprovar o referido protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes: -----

1ª

O presente Protocolo de Colaboração tem por objeto disciplinar a concessão do apoio financeiro a conceder pelo Município de Cuba ao Grupo Coral "Flores do Alentejo", para que este possa levar a efeito a sua atividade cultural.-----

2ª

SB.
H.
R.
P.
J.
J. Bento

1. O apoio financeiro total referido no artigo anterior é de € 625.00, sendo respeitante na íntegra a verbas correntes e destinam-se a custear as despesas decorrentes da sua atividade. -----

2. Os pagamentos dos apoios financeiros serão feitos por transferência bancária para o NIB a designar posteriormente, no primeiro e último trimestre do ano. -----

3ª

1. O 2º outorgante compromete-se a utilizar as verbas que lhe sejam atribuídas de forma eficiente e com a diligência devida à sua correta utilização, visando sempre os fins para que foram atribuídas. -----

2. O 2º outorgante compromete-se a prestar colaboração nos eventos realizados pelo 1º outorgante sempre que este lho solicite. O Município de Cuba compromete-se a prestar o apoio técnico e logístico necessário à implementação das atividades previstas no plano anual, de acordo com os recursos que a autarquia possui e a sua disponibilidade; -----

3. A autarquia compromete-se a ceder os meios de transporte do município, em conformidade com a sua disponibilidade e as solicitações do grupo coral, nas seguintes condições: -----

a) um limite máximo de 1500 km, para o ano civil de 2015; -----

4. Sempre que o limite definido anteriormente seja ultrapassado o Município de Cuba procederá à cedência dos referidos meios, de acordo com a disponibilidade da autarquia, sendo da responsabilidade da associação todas as despesas inerentes às viagens realizadas. -----

4ª

O 1º outorgante compromete-se a entregar ao 2º outorgante as verbas devidas em tempo oportuno. -----

5ª

O 2º outorgante compromete-se a apresentar ao 1º outorgante, no final do corrente ano, um relatório de todas as despesas realizadas com as verbas atribuídas ao abrigo do presente protocolo, o qual deve ser instruído com todos os documentos de despesa correspondentes. -----

6ª

O 1º outorgante compromete-se ainda a dar apoio logístico às atividades desenvolvidas pelo 2º outorgante, designadamente apoio na divulgação, apoio em material e equipamentos, sempre haja disponibilidade para o efeito. -----

7ª

O incumprimento pelo 2º outorgante do disposto no presente protocolo implica a rescisão do mesmo, bem como a restituição das verbas entretanto recebidas. -----

8ª

1. Compete ao 1º outorgante fiscalizar a execução deste protocolo, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias. -----

2. O 2º outorgante deve prestar ao 1º todas as informações por este solicitadas acerca da execução do protocolo. -----

9ª

1. O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e vigorará até ao final do corrente ano civil, podendo ser renovado por iguais períodos se nenhuma das partes a tal se opuser. -----

SB.
H.
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

2. Compete ao 1º outorgante, por sua iniciativa ou a requerimento do 2º outorgante, aprovar as alterações ao presente protocolo.-----

27.4. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUBA E O GRUPO CORAL "OS AMIGOS DO CANTE".-----

Foi presente à Câmara o protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Cuba e o Grupo Coral "Os Amigos do Cante".-----

A Câmara, por unanimidade, considerando que, ao longo da sua existência, o Grupo Coral "Os Amigos do Cante" tem contribuído para divulgar o cante alentejano, assim como o nome de Cuba em todos os locais onde atua; considerando os relevantes serviços de natureza cultural desenvolvidos por este Grupo; no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea u) do nº 1 do artº. 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro em articulação com as competências que são atribuídas ao mesmo órgão pelo art. 8.º do Regulamento Municipal de Apoios Financeiros e Não Financeiros, aprovar o referido protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes:-----

1ª

O presente Protocolo de Colaboração tem por objeto disciplinar a concessão do apoio financeiro a conceder pelo Município de Cuba ao Grupo Coral "Os Amigos do Cante", para que este possa levar a efeito a sua atividade cultural.-----

2ª

1. O apoio financeiro total referido no artigo anterior é de € 1.282,50, sendo respeitante na íntegra a verbas correntes.-----

2. As verbas referidas no número anterior destinam-se aos seguintes fins:-----

a) € 1.068,75 destinam-se a custear as despesas decorrentes da sua atividade;-----

b) € 213,75 destinados às comemorações do aniversário do grupo coral.-----

3. Os pagamentos dos apoios financeiros serão feitos por transferência bancária, para o NIB 0045 6257 40056256551 40, no primeiro e último trimestre do ano-----

3ª

1. O Município de Cuba compromete-se a prestar o apoio técnico e logístico necessário à implementação das atividades previstas no plano anual, de acordo com os recursos que a autarquia possui e a sua disponibilidade;-----

2. A autarquia compromete-se a ceder os meios de transporte do município, em conformidade com a sua disponibilidade e as solicitações do grupo coral, nas seguintes condições:-----

a) um limite máximo de 1500 km, para o ano civil de 2015;-----

b) sempre que o limite definido anteriormente seja ultrapassado o Município de Cuba procederá à cedência dos referidos meios, de acordo com a disponibilidade da autarquia, sendo da responsabilidade da associação todas as despesas inerentes às viagens realizadas.-----

4ª

1. O 2º outorgante compromete-se a utilizar as verbas que lhe sejam atribuídas de forma eficiente e com a diligência devida à sua correta utilização, visando sempre os fins para que foram atribuídas.-----

2. O 2º outorgante compromete-se a prestar colaboração nos eventos realizados pelo 1º outorgante sempre que este lho solicite.-----

5ª

SS.
H-
At
Rus
J. G. G.
J. G. G.

O 1º outorgante compromete-se a entregar ao 2º outorgante as verbas devidas em tempo oportuno.-----

6ª

O 2º outorgante compromete-se a apresentar ao 1º outorgante, no final do corrente ano, um relatório de todas as despesas realizadas com as verbas atribuídas ao abrigo do presente protocolo, o qual deve ser instruído com todos os documentos de despesa correspondentes.-----

7ª

O 1º outorgante compromete-se ainda a dar apoio logístico às atividades desenvolvidas pelo 2º outorgante, designadamente apoio na divulgação, apoio em material e equipamentos, sempre haja disponibilidade para o efeito.-----

8ª

O incumprimento pelo 2º outorgante do disposto no presente protocolo implica a rescisão do mesmo, bem como a restituição das verbas entretanto recebidas.-----

9ª

1. Compete ao 1º outorgante fiscalizar a execução deste protocolo, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias.-----
2. O 2º outorgante deve prestar ao 1º todas as informações por este solicitadas acerca da execução do protocolo.-----

10ª

1. O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e vigorará até ao final do corrente ano civil, podendo ser renovado por iguais períodos se nenhuma das partes a tal se opuser.-----
2. Compete ao 1º outorgante, por sua iniciativa ou a requerimento do 2º outorgante, aprovar as alterações ao presente protocolo.-----

27.5. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUBA E O GRUPO CORAL "AS AMIGAS DO CAMPO".-----

Foi presente à Câmara o protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Cuba e o Grupo Coral "As Amigas do Campo".-----

A Câmara, por unanimidade, considerando que, ao longo da sua existência, o Grupo Coral "As Amigas do Campo" tem contribuído para divulgar o cante alentejano, assim como o nome de Cuba em todos os locais onde atua; considerando os relevantes serviços de natureza cultural desenvolvidos por este Grupo; no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea u) do nº 1 do artº. 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro em articulação com as competências que são atribuídas ao mesmo órgão pelo art. 8.º do Regulamento Municipal de Apoios Financeiros e Não Financeiros, aprovar o referido protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes:-----

1ª

O presente Protocolo de Colaboração tem por objeto disciplinar a concessão do apoio financeiro a conceder pelo Município de Cuba ao Grupo Coral "Amigas do Campo", para que este possa levar a efeito a sua atividade cultural.-----

2ª

1. O apoio financeiro referido no artigo anterior é de € 625.00 sendo respeitante na íntegra a verbas correntes e destinam-se a custear as despesas decorrentes da sua atividade.-----

SB.
H.
P.
P.
P.
P.
P.

a) Será ainda atribuída uma verba de € 250.00 destinada a custear as despesas da atividade "Cante ao Menino" a realizar durante o mês de dezembro; -----

b) Os pagamentos dos apoios financeiros serão feitos por transferência bancária para o NIB a designar posteriormente, no primeiro e último trimestre do ano. -----

3ª

1. O 2º outorgante compromete-se a utilizar as verbas que lhe sejam atribuídas de forma eficiente e com a diligência devida à sua correta utilização, visando sempre os fins para que foram atribuídas. -----

2. O 2º outorgante compromete-se a prestar colaboração nos eventos realizados pelo 1º outorgante sempre que este lho solicite. O Município de Cuba compromete-se a prestar o apoio técnico e logístico necessário à implementação das atividades previstas no plano anual, de acordo com os recursos que a autarquia possui e a sua disponibilidade; -----

3. A autarquia compromete-se a ceder os meios de transporte do município, em conformidade com a sua disponibilidade e as solicitações do grupo coral, nas seguintes condições: -----

a) um limite máximo de 1500 km, para o ano civil de 2015; -----

4. Sempre que o limite definido anteriormente seja ultrapassado o Município de Cuba procederá à cedência dos referidos meios, de acordo com a disponibilidade da autarquia, sendo da responsabilidade da associação todas as despesas inerentes às viagens realizadas. -----

4ª

O 1º outorgante compromete-se a entregar ao 2º outorgante as verbas devidas em tempo oportuno. -----

5ª

O 2º outorgante compromete-se a apresentar ao 1º outorgante, no final do corrente ano, um relatório de todas as despesas realizadas com as verbas atribuídas ao abrigo do presente protocolo, o qual deve ser instruído com todos os documentos de despesa correspondentes. -----

6ª

O 1º outorgante compromete-se ainda a dar apoio logístico às atividades desenvolvidas pelo 2º outorgante, designadamente apoio na divulgação, apoio em material e equipamentos, sempre haja disponibilidade para o efeito. -----

7ª

O incumprimento pelo 2º outorgante do disposto no presente protocolo implica a rescisão do mesmo, bem como a restituição das verbas entretanto recebidas. -----

8ª

1. Compete ao 1º outorgante fiscalizar a execução deste protocolo, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias. -----

2. O 2º outorgante deve prestar ao 1º todas as informações por estas solicitadas acerca da execução do protocolo. -----

9ª

1. O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e vigorará até ao final do corrente ano civil, podendo ser renovado por iguais períodos se nenhuma das partes a tal se opuser. -----

2. Compete ao 1º outorgante, por sua iniciativa ou a requerimento do 2º outorgante, aprovar as alterações ao presente protocolo. -----

SS.
H
C
P
R
S
G
S

SB.
H.
Art.
Ruso
J. Gento

27.6 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUBA E O CLUBE CUBA AVENTURA.

Foi presente à Câmara o protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Cuba e o Clube Cuba Aventura.

A Câmara, por unanimidade, considerando que o Clube Cuba Aventura tem prestado um bom serviço na promoção e divulgação do desporto, nomeadamente do BTT, bem como tem contribuído para divulgar o nome do Concelho em todos os locais aonde se desloca; considerando o interesse a nível desportivo das atividades desenvolvidas por este Clube; no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea u) do nº 1 do artº. 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro em articulação com as competências que são atribuídas ao mesmo órgão pelo art. 8.º do Regulamento Municipal de Apoios Financeiros e Não Financeiros, aprovar o referido protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes:

1ª

O presente Protocolo de Colaboração tem por objeto disciplinar a concessão do apoio financeiro a conceder pelo Município de Cuba ao Clube Cuba Aventura, para que este possa levar a efeito a sua atividade desportiva.

2ª

1. O apoio financeiro total referido no artigo anterior é de € 1.500,00 sendo respeitante na íntegra a verbas correntes.
2. As verbas referidas no número anterior destinam-se aos seguintes fins:
 - a) € 427,50, destinam-se a custear a 11ª Maratona – 16º Passeio da Vila de Cuba;
 - b) € 213,75, destinados ao 9º Passeio Noturno “Onde está o Pai Natal?”;
 - c) € 427,50, destinados a outras atividades desportivas desenvolvidas pelo Clube.
 - d) € 215,62, destinados a colaboração da organização do passeio de cicloturismo integrado nas comemorações do 41º aniversário do 25 de Abril.
 - e) € 215,62 destinados a colaboração da organização do passeio de BTT/Cicloturismo integrado na “1ª Feira da Saúde e do Desporto”.
3. Os pagamentos dos apoios financeiros serão feitos por transferência bancária nas datas em que ficarem acordadas.

3ª

1. O 2º outorgante compromete-se a utilizar as verbas que lhe sejam atribuídas de forma eficiente e com a diligência devida à sua correta utilização, visando sempre os fins para que foram atribuídas.
2. O 2º outorgante compromete-se a prestar colaboração nos eventos realizados pelo 1º outorgante sempre que este lho solicite.

4ª

O 1º outorgante compromete-se a entregar ao 2º outorgante as verbas devidas em tempo oportuno.

5ª

O 2º outorgante compromete-se a apresentar ao 1º outorgante, no final do corrente ano, um relatório de todas as despesas realizadas com as verbas atribuídas ao abrigo do presente protocolo, o qual deve ser instruído com todos os documentos de despesa correspondentes.

6ª

O 1º outorgante compromete-se ainda a dar apoio logístico às atividades desenvolvidas pelo 2º outorgante, designadamente apoio na divulgação, apoio em material e equipamentos, sempre haja disponibilidade para o efeito.-----

7ª

O incumprimento pelo 2º outorgante do disposto no presente protocolo implica a rescisão do mesmo, bem como a restituição das verbas entretanto recebidas.-----

8ª

1. Compete ao 1º outorgante fiscalizar a execução deste protocolo, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias.-----

2. O 2º outorgante deve prestar ao 1º todas as informações por este solicitado acerca da execução do protocolo.-----

9ª

1. O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e vigorará até ao final do corrente ano civil, podendo ser renovado por iguais períodos se nenhuma das partes a tal se opuser.-----

2. Compete ao 1º outorgante, por sua iniciativa ou a requerimento do 2º outorgante, aprovar as alterações ao presente protocolo.-----

27.7 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO VDE CUBA E O CLUBE DE PATINAGEM ARTÍSTICA DE CUBA. -----

Foi presente à Câmara o protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Cuba e o Clube de Patinagem Artística de Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, considerando os relevantes serviços prestados pelo Clube de Patinagem Artística de Cuba na promoção e divulgação do desporto, bem como tem contribuído para divulgar o nome do Concelho em todos os locais aonde se desloca; considerando as excelentes prestações dos atletas do Clube nos campeonatos onde participa; no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea u) do nº 1 do artº. 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro em articulação com as competências que são atribuídas ao mesmo órgão pelo art. 8.º do Regulamento Municipal de Apoios Financeiros e Não Financeiros, aprovar o referido protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes: -----

1ª

O presente Protocolo de Colaboração tem por objeto disciplinar a concessão do apoio financeiro a conceder pelo Município de Cuba ao Clube de Patinagem Artística de Cuba, para que este possa levar a efeito a sua atividade desportiva. -----

2ª

1. O apoio financeiro total referido no artigo anterior é de € 3.000,00, sendo respeitante na íntegra a verbas correntes.-----

2. As verbas referidas no número anterior destinam-se aos seguintes fins: -----

a) € 1.050,00, para Atividades Anuais; -----

b) € 300,00, para as participações a nível regional, tal como definidas no seu plano de atividades para o corrente ano; -----

c) € 750,00, para as participações a nível nacional e/ou internacional, tal como definidas no seu plano de atividades para o corrente ano;-----

d) € 450,00, para o torneio de patinagem livre/festival; -----

e) € 450,00, para o Campeonato Nacional. -----

3. Os pagamentos dos apoios financeiros serão feitos por transferência bancária nas datas em que ficarem acordadas.-----

3ª

1. O 2º outorgante compromete-se a utilizar as verbas que lhe sejam atribuídas de forma eficiente e com a diligência devida à sua correta utilização, visando sempre os fins para que foram atribuídas.-----

2. O 2º outorgante compromete-se a prestar colaboração nos eventos realizados pelo 1º outorgante sempre que este lho solicite e haja disponibilidade.-----

4ª

1. O 1º outorgante compromete-se a entregar ao 2º outorgante as verbas devidas nas alíneas a), b) e c), em frações de 175€ através de transferência bancária para o NIB: 0045 6257 4019 835 4308 41 até ao 5º dia útil de cada mês. -----

2. Nas alíneas d) e e) serão liquidadas até 8 dias antes das iniciativas.-----

5ª

O 2º outorgante compromete-se a apresentar ao 1º outorgante, no final do corrente ano, um relatório de todas as despesas realizadas com as verbas atribuídas ao abrigo do presente protocolo, o qual deve ser instruído com todos os documentos de despesa correspondentes.-----

6ª

O 1º outorgante compromete-se ainda a dar apoio logístico às atividades desenvolvidas pelo 2º outorgante, designadamente apoio na divulgação, apoio em material e equipamentos, sempre que haja disponibilidade para o efeito, bem como disponibilizará o Pavilhão Desportivo a título gratuito até à aprovação do regulamento de espaços desportivos municipais, estando isentos do pagamento de taxas e licenças, para todas as realizações de eventos de patinagem da exclusiva responsabilidade do 2º outorgante. -----

7ª

O incumprimento pelo 2º outorgante do disposto no presente protocolo implica a rescisão do mesmo, bem como a restituição das verbas entretanto recebidas.-----

8ª

1. Compete ao 1º outorgante fiscalizar a execução deste protocolo, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias.-----

2. O 2º outorgante deve prestar ao 1º todas as informações por este solicitadas acerca da execução do protocolo.-----

9ª

1. O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e vigorará até ao final do corrente ano civil, podendo ser renovado por iguais períodos se nenhuma das partes a tal se opuser.-----

2. Compete ao 1º outorgante, por sua iniciativa ou a requerimento do 2º outorgante, aprovar as alterações ao presente protocolo.-----

27.8 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUBA E O ALBERGARIA FUTEBOL CLUBE. -----

Foi presente à Câmara o protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Cuba e o Albergaria Futebol de Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, considerando que o Albergaria Futebol Clube tem prestado um bom serviço na promoção e divulgação do desporto, nomeadamente do

futebol de 11 e do futsal, bem como tem contribuído para divulgar o nome do Concelho em todos os locais onde joga; considerando o interesse a nível desportivo das atividades desenvolvidas por este Clube; no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea u) do nº 1 do artº. 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro em articulação com as competências que são atribuídas ao mesmo órgão pelo art. 8.º do Regulamento Municipal de Apoios Financeiros e Não Financeiros, aprovar o referido protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes: -----

1ª

O presente Protocolo de Colaboração tem por objeto disciplinar a concessão do apoio financeiro a conceder pelo Município de Cuba ao Albergaria Futebol Clube, para que este possa levar a efeito a sua atividade desportiva e cultural. -----

2ª

1. O apoio financeiro total referido no artigo anterior é de € 400 sendo respeitante na íntegra a verbas correntes. -----
2. Os pagamentos dos apoios financeiros serão feitos por transferência bancária no mês de Março. -----

3ª

1. O 2º outorgante compromete-se a utilizar as verbas que lhe sejam atribuídas de forma eficiente e com a diligência devida à sua correta utilização, visando sempre os fins para que foram atribuídas.-----
2. O 2º outorgante compromete-se a prestar colaboração nos eventos realizados pelo 1º outorgante sempre que este lho solicite.-----

4ª

O 1º outorgante compromete-se a entregar ao 2º outorgante as verbas devidas em tempo oportuno. -----

5ª

O 2º outorgante compromete-se a apresentar ao 1º outorgante, no final do corrente ano, um relatório de todas as despesas realizadas com as verbas atribuídas ao abrigo do presente protocolo, o qual deve ser instruído com todos os documentos de despesa correspondentes.-----

6ª

O 1º outorgante compromete-se ainda a dar apoio logístico às atividades desenvolvidas pelo 2º outorgante, designadamente apoio na divulgação, apoio em material e equipamentos, sempre haja disponibilidade para o efeito.-----

7ª

O incumprimento pelo 2º outorgante do disposto no presente protocolo implica a rescisão do mesmo, bem como a restituição das verbas entretanto recebidas.-----

8ª

1. Compete ao 1º outorgante fiscalizar a execução deste protocolo, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias.-----
2. O 2º outorgante deve prestar ao 1º todas as informações por este solicitado acerca da execução do protocolo.-----

9ª

1. O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e vigorará até ao final do corrente ano civil, podendo ser renovado por iguais períodos se nenhuma das partes a tal se opuser.-----

SB.

H.

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

2. Compete ao 1º outorgante, por sua iniciativa ou a requerimento do 2º outorgante, aprovar as alterações ao presente protocolo.-----

27.9 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUBA E A LIGARTE – COOPERATIVA DE ACÇÃO CULTURAL, CRL. -----

Foi presente à Câmara o protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Cuba e a LIGARTE – Cooperativa de Acção Cultural, CRL. -----

A Câmara, por unanimidade, considerando o relevante interesse que as atividades desenvolvidas pela Ligarte – Cooperativa de Acção Cultural, CRL, têm no desenvolvimento cultural do concelho de Cuba e das suas gentes, no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea u) do nº 1 do artº. 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro em articulação com as competências que são atribuídas ao mesmo órgão pelo art. 8.º do Regulamento Municipal de Apoios Financeiros e Não Financeiros, aprovar o referido protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes: -----

1ª

O presente Protocolo de Colaboração tem por objeto disciplinar a concessão do apoio financeiro a conceder pelo Município de Cuba à Ligarte – Cooperativa de Acção Cultural, CRL, para que esta possa levar a efeito a sua atividade cultural. -----

2ª

1. O apoio financeiro total referido no artigo anterior é de €2000, sendo respeitante na íntegra a verbas correntes e destina-se ao desenvolvimento das atividades do 2º outorgante. -----

2. As verbas referidas no número anterior destinam-se aos seguintes fins: -----

a) € 500 destinados a despesas correntes da associação e apoio às deslocações do monitor às freguesias do concelho; -----

b) €1.500 destinados à realização de dois espetáculos a realizar num das freguesias e no Festival do Caracol. -----

3. Os pagamentos dos apoios financeiros serão feitos por transferência bancária nas datas em que ficarem acordadas e para o NIB 0010 0000 36786720001 79. -----

3ª

1. O 2º outorgante compromete-se a utilizar as verbas que lhe sejam atribuídas de forma eficiente e com a diligência devida à sua correta utilização, visando sempre os fins para que foram atribuídas. -----

2. O 2º outorgante compromete-se a prestar colaboração nos eventos realizados pelo 1º outorgante sempre que este lho solicite. -----

4ª

O 1º outorgante compromete-se: -----

a) As verbas previstas na alínea a) do nº 2 – 50 % aquando da assinatura do protocolo e os restantes 50% no ultimo trimestre do ano. -----

b) No dia da realização do espetáculos. -----

5ª

O 2º outorgante compromete-se a apresentar ao 1º outorgante, no final do corrente ano, um relatório de todas as despesas realizadas com as verbas atribuídas ao abrigo do presente protocolo, o qual deve ser instruído com todos os documentos de despesa correspondentes. -----

6ª

SB.
H-



O 1º outorgante compromete-se ainda a dar apoio logístico às atividades desenvolvidas pelo 2º outorgante, designadamente apoio na divulgação, apoio em material e equipamentos, dentro das suas disponibilidades, bem como a ceder o auditório da Biblioteca Municipal de Cuba, sempre que possível, de acordo com o solicitado pela LIGARTE. -----

7ª

O incumprimento pelo 2º outorgante do disposto no presente protocolo implica a rescisão do mesmo, bem como a restituição das verbas entretanto recebidas. -----

8ª

1. Compete ao 1º outorgante fiscalizar a execução deste protocolo, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias. -----
2. O 2º outorgante deve prestar ao 1º todas as informações por este solicitadas acerca da execução do protocolo. -----

9ª

1. O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e vigorará até ao final do corrente ano civil, podendo ser renovado por iguais períodos se nenhuma das partes a tal se opuser. -----
2. Compete ao 1º outorgante, por sua iniciativa ou a requerimento do 2º outorgante, aprovar as alterações ao presente protocolo. -----

27.10 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUBA E A ASSOCIAÇÃO DOSE D’APLAUSOS. -----

Foi presente à Câmara o protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Cuba e a Associação Dose D’Aplausos. -----

A Câmara, por unanimidade, considerando o relevante interesse que as atividades desenvolvidas pela Dose D’Aplausos têm no desenvolvimento cultural do concelho, têm no desenvolvimento cultural do concelho de Cuba e das suas gentes, no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea u) do nº 1 do artº. 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro em articulação com as competências que são atribuídas ao mesmo órgão pelo art. 8.º do Regulamento Municipal de Apoios Financeiros e Não Financeiros, aprovar o referido protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes: -----

1ª

O presente Protocolo de Colaboração tem por objeto disciplinar a concessão do apoio financeiro a conceder pelo Município de Cuba à Dose D’Aplausos, para que esta possa levar a efeito a sua atividade cultural: -----

2ª

1. O apoio financeiro total referido no artigo anterior é de € 1000, sendo respeitante a verbas correntes e destina-se ao desenvolvimento das atividades do 2º outorgante. ----
2. As verbas referidas no número anterior destinam-se aos seguintes fins: -----
 - a) Promoção de atividades de entretenimento e animação cultural;-----
 - b) Uma sessão de Conta Contos numa iniciativa a pela autarquia.-----
 - c) Apoio na atividade “+Comércio+Cuba.” -----
 - d) Dinamização da atividade “Dormindo com os livros”.-----
3. Os pagamentos dos apoios financeiros serão feitos por transferência bancária, no primeiro e último trimestre do ano, para o NIB a designar posteriormente. -----

3ª

1. O 2º outorgante compromete-se a utilizar as verbas que lhe sejam atribuídas de

forma eficiente e com a diligência devida à sua correta utilização, visando sempre os fins para que foram atribuídas.-----

2. O 2º outorgante compromete-se a prestar colaboração nos eventos realizados pelo 1º outorgante sempre que este lho solicite:-----

4ª

O 1º outorgante compromete-se a entregar ao 2º outorgante as verbas devidas em tempo oportuno.-----

5ª

O 2º outorgante compromete-se a apresentar ao 1º outorgante, no final do corrente ano, um relatório de todas as despesas realizadas com as verbas atribuídas ao abrigo do presente protocolo, o qual deve ser instruído com todos os documentos de despesa correspondentes.-----

6ª

O 1º outorgante compromete-se ainda a dar apoio logístico às atividades desenvolvidas pelo 2º outorgante, designadamente apoio na divulgação, apoio em material e equipamentos, sempre que haja disponibilidade para o efeito.-----

7ª

O incumprimento pelo 2º outorgante do disposto no presente protocolo implica a rescisão do mesmo, bem como a restituição das verbas entretanto recebidas.-----

8ª

1. Compete ao 1º outorgante fiscalizar a execução deste protocolo, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias.-----

2. O 2º outorgante deve prestar ao 1º todas as informações por este solicitado acerca da execução do protocolo.-----

9ª

1. O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e vigorará até ao final do corrente ano civil, podendo ser renovado por iguais períodos se nenhuma das partes a tal se opuser.-----

2. Compete ao 1º outorgante, por sua iniciativa ou a requerimento do 2º outorgante, aprovar as alterações ao presente protocolo.-----

27.11 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUBA E A SOCIEDADE FILARMÓNICA CUBENSE 1º DE DEZEMBRO. -----

Foi presente à Câmara o protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Cuba e a Sociedade Filarmónica Cubense 1º de Dezembro.-----

A Câmara, por unanimidade, considerando que, ao longo da sua existência de quase dois séculos, a Sociedade Filarmónica Cubense 1º de Dezembro tem contribuído, quer no passado quer no presente, para manter vivo o culto pela música na Vila de Cuba; Considerando a importância deste tipo de coletividades na promoção do concelho em todos os locais onde atua; no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea u) do nº 1 do artº. 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro em articulação com as competências que são atribuídas ao mesmo órgão pelo art. 8.º do Regulamento Municipal de Apoios Financeiros e Não Financeiros, aprovar o referido protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes:-----

1ª

O presente Protocolo de Colaboração tem por objeto disciplinar a concessão do apoio financeiro a conceder pelo Município de Cuba à Sociedade Filarmónica Cubense 1º de Dezembro para que esta possa levar a efeito a sua atividade cultural. -----

2ª

1. O apoio financeiro total referido no artigo anterior é de € 9.575,00, sendo respeitante na íntegra a verbas correntes. -----

2. As verbas referidas no número anterior destinam-se aos seguintes fins: -----

a) € 7200,00 (sete mil e duzentos euros) para pagamento das despesas com o maestro da Banda, a pagar em frações mensais de € 600; -----

b) € 2.375,00, (dois mil trezentos e setenta e cinco euros) destinada ao pagamento das despesas inerentes à organização da tradicional corrida de toiros por ocasião da Feira Anual de Cuba que se realiza no 1º fim de semana do mês de setembro; -----

3. Os pagamentos dos apoios financeiros serão feitos por transferência bancária para o NIB 0045 6257 4005 5386 0084 1, no dia 20 de cada mês. -----

3ª

1. O 2º outorgante compromete-se a utilizar as verbas que lhe sejam atribuídas de forma eficiente e com a diligência devida à sua correta utilização, visando sempre os fins para que foram atribuídas. -----

2. O 2º outorgante compromete-se a prestar colaboração nos eventos realizados pelo 1º outorgante sempre que este lho solicite. -----

4ª

O 1º outorgante compromete-se a entregar ao 2º outorgante as verbas devidas em tempo oportuno. -----

5ª

O 2º outorgante compromete-se a apresentar ao 1º outorgante, no final do corrente ano, um relatório de todas as despesas realizadas com as verbas atribuídas ao abrigo do presente protocolo, o qual deve ser instruído com todos os documentos de despesa correspondentes. -----

6ª

O 1º outorgante compromete-se ainda a dar apoio logístico às atividades desenvolvidas pelo 2º outorgante, designadamente apoio na divulgação, apoio em material e equipamentos, sempre haja disponibilidade para o efeito. -----

7ª

O incumprimento pelo 2º outorgante do disposto no presente protocolo implica a rescisão do mesmo, bem como a restituição das verbas entretanto recebidas. -----

8ª

1. Compete ao 1º outorgante fiscalizar a execução deste protocolo, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias. -----

2. O 2º outorgante deve prestar ao 1º todas as informações por este solicitadas acerca da execução do protocolo. -----

9ª

1. O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e vigorará até ao final do corrente ano civil, podendo ser renovado por iguais períodos se nenhuma das partes a tal se opuser. -----

2. Compete ao 1º outorgante, por sua iniciativa ou a requerimento do 2º outorgante, aprovar as alterações ao presente protocolo. -----

SB.
28. LUÍS MIGUEL BAIÃO GALANTE. PEDIDO DE INFORMAÇÃO SIMPLES. CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO/PRÉDIO 70-K CUBA. -----

Vem o requerente solicitar a emissão de informação simples ao abrigo do nº 1 do artigo 110º do RJUE, no prédio 70-K, na freguesia de Cuba, tendo como objetivo a construção de habitação. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera que se dê conhecimento ao requerente do teor da informação técnica, cujo documento original passa a fazer parte integrante desta ata. -----

29. LUÍS MIGUEL BAIÃO GALANTE. PEDIDO DE INFORMAÇÃO SIMPLES. CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO/PRÉDIO 124-C CUBA. -----

Vem o requerente solicitar a emissão de informação simples ao abrigo do nº 1 do artigo 110º do RJUE, no prédio 70-K, na freguesia de Cuba, tendo como objetivo a construção de habitação. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera que se dê conhecimento ao requerente do teor da informação técnica, cujo documento original passa a fazer parte integrante desta ata. -----

30. CP-EOP Nº 05/2014 – CONCURSO PÚBLICO INERENTE À REQUALIFICAÇÃO DA REDE DE ÁGUA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO E DA REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS EM DIVERSAS ZONAS DA VILA DE CUBA. APRESENTAÇÃO DE DÚVIDAS E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS POR PARTE DOS INTERESSADOS (APRESENTADAS SETE PEÇAS NA PLATAFORMA ACINGOV). APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ESCLARECIMENTOS ELABORADA PELO JURI POR PARTE DO ÓRGÃO INDICADO PARA TAL EFEITO NO PROGRAMA DE PROCEDIMENTO – CÂMARA MUNICIPAL. PROPOSTA DE RETIFICAÇÃO DE OMISSÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO POR PARTE DO DONO DE OBRA. -----

Foi presente à Câmara, Informação nº 01/2015 do Chefe da Divisão de Gestão Municipal referente à necessidade de prestar os esclarecimentos e clarificar dúvidas apresentadas no âmbito do CP-EOP nº 05/2014 – Concurso Público inerente à requalificação da rede de água para abastecimento público e da rede de águas pluviais em diversas zonas da vila de Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade delibera: -----

1.º - Registrar que foram entregues seis pedidos de esclarecimentos e dúvidas dentro do prazo e um fora de prazo, mas também aqui considerado; -----

2.º - Ao abrigo do art.º 50.º n.º 2 do CCP **aprovar as propostas de esclarecimentos apresentadas pelos elementos do júri** que constam do doc. n.º 3 que passam a fazer parte integrante da presente deliberação; -----

3.º - Ao abrigo do n.º 3 do art.º 50.º do CCP **responder às omissões apresentadas mediante a aprovação do mapa de quantidades revisto e nele integrado todas as vertentes postas a concurso, bem como as peças desenhadas que lhe estão conexas**, que constam do documento n.º 4 anexo à presente deliberação; -----

4.º - Ao abrigo do art.º 64.º do CCP, e no que concerne ao prazo do concurso e consequentemente da data limite para apresentação de propostas, **para que as deliberações agora a remeter possam ser devidamente assimiladas pelos interessados determinar o alargamento do prazo em doze dias**, porquanto não falamos de alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, mas tão só de incapacidade de a elas aceder. -----

4.1.º - Registrar que por força da deliberação no ponto 4.º, a data limite para apresentação de erros e omissões fixada nas 23h59m do dia 20 de janeiro passará para dia 06 de fevereiro de 2015, 23h59m. Deste modo serão considerados os cinco dias de suspensão, acrescidos de 12 dias de prorrogação, num total de dezassete dias seguidos. -----

5.º - Determinar hoje, dia 21 de janeiro sejam notificados através da plataforma ACINGOV os interessados dando-lhes conhecimentos das especificidades deliberadas nos pontos 1.º a 4.º. -----

31. ANTÓNIO AMÉRICO CALADO CAMPEÃO – PEDIDO DE CERTIDÃO – ENQUADRAMENTO EM PDM – ARRANQUE DE 110 OLIVEIRAS. -----

Solicita o Sr. António Campeão a emissão de certidão comprovativa de que o arranque de 110 oliveiras, no prédio rústico Art.º 104, secção F, da freguesia de Vila Alva, não contraria o disposto no PDM. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação n.º 61/2014, dos Serviços de Urbanismo, delibera certificar que o arranque pretendido não contraria o disposto no PDM uma vez que, de acordo com a Planta de Ordenamento, se verifica estar o prédio inserido em Áreas Vocacionadas para sistemas silvo-pastoris, com aptidão para algumas culturas agrícolas e de acordo com a Planta de Condicionantes, do mesmo plano, o mesmo não interfere com solos de RAN (Reserva Agrícola Nacional) ou de REN pelo que pode ser emitida a certidão. -----

OBRAS PARTICULARES:-----

**32. APROVAÇÃO DO PROJETO DE ARQUITETURA. PROCESSO N.º 02/2015-----
PEDRO JORGE MACHADO DOS SANTOS. INSTALAÇÃO DE ESTABELECIMENTO DE BEBIDA NO PRÉDIO SITO NA ESTRADA DA CIRCUNVALAÇÃO, N.º 18, EM CUBA. -----**

Vem O requerente submeter a licenciamento a instalação de um estabelecimento de bebidas a edificar, no prédio acima identificado;-----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação n.º 02/2015, dos Serviços de Urbanismo, delibera aprovar condicionalmente o projeto tendo por base os argumentos explanados na referida informação técnica que passa a fazer parte integrante da presente ata. Depois de dirimidos os obstáculos que condicionam a deliberação favorável deverá o requerente apresentar as respetivas especializadas no prazo máximo de seis meses, em sintonia com a legislação aplicável.-----

**DELIBERAÇÃO FINAL SOBRE O PEDIDO DE LICENCIAMENTO. -----
33 – ARTE TRADICIONAL, CALÇADOS ARTESANAIS UNIPESSOAL, LDA. PROCESSO N.º 05/2014.-----**

Construção de edifício industrial, sito no Parque Empresarial Quinta da Graciosa, lotes 21 e 22, em Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica, ao abrigo do n.º 4, do art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, delibera aprovar o licenciamento fixando em nove meses o prazo para execução da obra, de acordo com a calendarização apresentada. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO: -----

Cumprimento do disposto no nº 2 do art.º 49º Lei nº 75/2013, de 12 de setembro: -----

"2 – Os órgãos executivos das autarquias locais realizam, pelo menos, uma reunião pública mensal, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto na parte final do número anterior". -----

Não se registaram intervenções. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 13.40 horas. -----

E eu, Maria Jacinta Cardoso Grilo, Técnica Superior da Câmara Municipal de Cuba, designada para secretariar as reuniões do órgão executivo na ausência do trabalhador a quem incumbem essas funções, redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,

A Técnica superior,

S.B.
